

WILLIAN OLIVEIRA DE SOUZA

**GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM UMA DISTRIBUIDORA DA REGIÃO SUL
DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

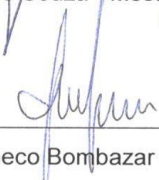
Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 04 de Julho de 2017.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Abel Corrêa de Souza - Mestre – UNESC - Orientador



Prof. Cleber Pacheco Bombazar - Especialista - UNESC



Prof. Jonas Rickrot Rosner - Especialista - UNESC



CRICIÚMA

2017

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM COMÉRCIO EXTERIOR

WILLIAN OLIVEIRA DE SOUZA

**GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS EM UMA
DISTRIBUIDORA DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2017

WILLIAN OLIVEIRA DE SOUZA

**GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM UMA DISTRIBUIDORA DA REGIÃO SUL
DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

CRICIÚMA

2017

WILLIAN OLIVEIRA DE SOUZA

**GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO EM UMA DISTRIBUIDORA DA REGIÃO SUL
DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 04 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Abel Corrêa de Souza - Mestre – UNESC - Orientador

Prof. Cleber Pacheco Bombazar - Especialista - UNESC

Prof. Jonas Rickrot Rosner - Especialista - UNESC

CRICIÚMA

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que estão presentes em todas as etapas da minha vida, sempre fazendo o possível para que meus sonhos se concretizem.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Atamir Benjamin de Souza e Maria Aparecida Antunes de Oliveira e a minha Madrasta Aline de Souza Marques, que apesar de todas as dificuldades, me apoiaram ao longo destes anos.

A minha namorada, Maiara de Souza Marques Guimarães que esteve do meu lado durante todo o período de elaboração do trabalho, me incentivando e me apoiando nos momentos que mais precisei.

A empresa em que o estudo foi elaborado, pois liberou as informações necessárias para que minha monografia fosse realizada.

Ao meu orientador Abel Corrêa de Souza que me auxiliou nesta monografia com toda a sua experiência, tornando possível a realização da mesma. E também aos professores e à instituição de ensino, pois por meio desta estrutura educacional foi possível obter conhecimentos e sabedoria para chegar até o fim desta caminhada.

RESUMO

79924. **Gestão Financeira: Estudo Em Uma Distribuidora Da Região Sul De Santa Catarina.** 2017. 64 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O estudo a seguir aponta que para um desempenho satisfatório na pequena empresa é necessário o acompanhamento da gestão financeira, envolvendo seus aspectos financeiros. Nesse caso, o administrador é um intermediador que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros. Fazendo que o mesmo, tenha uma visão ampla da administração de seus recursos. O objetivo geral analisa as práticas de gestão financeira de uma organização do ramo de distribuição da região sul de SC. A pesquisa trata-se de estudo de caso, descritiva, bibliográfica e documental. Realizou-se a entrevista com proprietário e foi realizado o levantamento dos relatórios financeiros da empresa referente aos anos de 2016 a 2017, para a coleta de dados. Para análise dos dados quantitativos e qualitativos, foi realizada a análise financeira. Nos objetivos, os resultados demonstrados são relativos aos índices de liquidez, de endividamento e de resultados, visando estabelecer a análise dos parâmetros financeiros da organização em estudo. Analisando os índices, é possível identificar a lucratividade e a viabilidade do empreendimento. Isso ocorre através dos índices de liquidez, resultado e endividamento. O objetivo definido foi analisar as práticas da entidade do ramo de distribuição, localizada na região sul de SC. Para o pesquisador, foi um desafio encontrar os valores necessários que compõe a Demonstração de Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, pois os documentos obtidos estavam difíceis de serem compreendidos. Porém, com análises dos índices financeiros obtidos destes demonstrativos, a empresa mostrou um resultado positivo.

Palavras-Chave: Indicadores Financeiros. Administração Financeira. Análise vertical e horizontal.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Participação de micro e pequenas empresas na economia brasileira.....	21
Figura 2: Classificação geográfica dos pequenos negócios.....	22
Figura 3: A divisão dos pequenos negócios no Brasil	22
Figura 4: Demonstração do Resultado do Exercício.	32
Figura 5: Principais Componentes de Cada Fluxo	34
Figura 6: Composição do Endividamento.....	38
Figura 7: Fórmula de Endividamento Total	39

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Vantagens que pequenas empresas confiam ter sobre empresas concorrentes de grande porte	20
Gráfico 2: Análise dos Indicadores Financeiros.	51
Gráfico 3: Análises dos Indicadores de Estrutura ou Endividamento.....	53
Gráfico 4: Análise dos Indicadores de Resultado.....	55
Gráfico 5: Análise do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas da Administração.....	19
Quadro 2: Composição da Estrutura do Balanço Patrimonial	30
Quadro 3: Estrutura do Balanço Patrimonial	30
Quadro 4: Diferenças entre o método Direto e Indireto	35
Quadro 5: Fórmulas para o cálculo dos índices de liquidez	37
Quadro 6: Fórmulas Para o Cálculo dos Índices de Resultado	40
Quadro 7: Estruturação da população alvo	42
Quadro 8: Análise vertical do balanço patrimonial.	46
Quadro 9: Análise horizontal do Balanço patrimonial.....	48
Quadro 10: Análise Vertical e Horizontal da DRE.	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DRE	Demonstrativo do Resultado do Exercício
EPP	Empresas de Pequeno Porte
ME	Microempresas
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
SC	Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 Fundamentação Teórica	18
2.1 ADMINISTRAÇÃO	18
2.1.1 Etapas da Administração.....	18
2.2 ADMINISTRAÇÃO EM PEQUENAS EMPRESAS	19
2.2.1 Vantagens de Micro e Pequenas Empresas no Mercado.....	20
2.2.2 Índice de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas no Brasil	21
2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	23
2.3.1 Finanças Empresariais	23
2.3.2 Planejamento financeiro	24
2.4 CONTROLES FINANCEIROS.....	26
2.4.1 Controle de Caixa	27
2.4.2 Controle de Contas a Receber	27
2.4.3 Controle de Contas a Pagar	27
2.4.4 Controle de Estoque	28
2.4.5 Capital de Giro	28
2.5 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	29
2.5.1 Balanço Patrimonial	29
2.5.2 Demonstrativo de Resultado (DRE)	31
2.5.3 Fluxo de caixa.....	32
2.5.3.1 Finalidades do Fluxo de Caixa	33
2.5.3.2 Modelos de Fluxo de caixa.....	34
2.6 PRINCIPAIS ÍNDICES FINANCEIROS	35
2.6.1 Índices de liquidez	35
2.6.1.1 Liquidez Imediata	36
2.6.1.2 Liquidez Corrente	36
2.6.1.3 Liquidez Seca	36
2.6.1.4 Liquidez Geral	37

2.6.2 Índice de Endividamento	37
2.6.2.1 Participação de Capital de Terceiros.....	38
2.6.2.2 Endividamento Total.....	38
2.6.3 Índices de resultado.....	39
2.6.4 Análise Horizontal e Vertical	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO	42
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	43
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	45
4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL	45
4.1.1 Balanço Patrimonial	46
4.1.2 Demonstração de Resultado do Exercício.....	49
4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS.....	50
4.2.1 Índices de Liquidez	51
4.2.2 Índices de Estrutura ou Endividamento	52
4.2.3 Índices de Resultado.....	54
4.2.4 Imobilização do Capital Próprio.....	56
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

A administração financeira controla com eficiência as finanças de uma empresa, é uma área de extrema importância para o gerenciamento do dinheiro obtido com as vendas (GITMAN, 2010).

Controlar os principais procedimentos da gestão financeira em uma empresa é muito importante para seu bom funcionamento, pois torna possível obter o conhecimento das suas receitas e despesas, analisando as dificuldades e as melhorias da organização.

No Brasil, a cada 100 micro e pequenas empresas abertas, 73 continuam em atividade após passar os dois primeiros anos de existência. O estudo “Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil”, realizado pelo SEBRAE, afirma que estes dois anos iniciais são os mais difíceis para uma organização. O índice de sobrevivência de micro e pequenas empresas do Brasil são maiores se comparadas a outras nações como Holanda (50%), Espanha (69%) e Itália (68%). (PORTAL BRASIL, 2013).

O estudo do SEBRAE ainda aponta que no Brasil, são abertas 440 mil novas empresas por ano, em média, 80 mil das mesmas fecham. Para evitar esse número, é necessário voltar à atenção para várias áreas, uma delas é o planejamento de controle financeiro. (PORTAL BRASIL, 2013).

Pequenas empresas em sua maioria não possuem o hábito de gerenciar suas atividades internas. Oliveira (2005) destaca a falta de controles gerenciais e informações para gerir o capital de giro nas empresas de pequeno porte.

De acordo com Santos (2010), as informações que a contabilidade pode produzir não são suficientes para o administrador financeiro, pois ela não tem o compromisso de verificar os resultados em curto prazo, para uma melhor análise das informações é necessário o planejamento do administrador para suas contas a pagar e a receber.

Decorrente do aumento da competitividade torna-se ainda mais imprescindível à gestão dos recursos empresariais, possibilitando produtos de melhor qualidade com preços menores. Porém problemas financeiros podem ocorrer provenientes de poucas informações na tomada de decisões, sendo assim, é necessária uma gestão empresarial que utilize de ferramentas que identifiquem as necessidades e sobras com o intuito de alcançar o equilíbrio financeiro de curto

prazo (GAZZONI,2003). A administração financeira oferece ferramentas para acompanhar a gestão financeira de uma organização (BELLI, 2011, p.121).

Por meio destas informações é perceptível a necessidade de se implantar procedimentos de controles financeiros em pequenas empresas. Assim, com o intuito de contribuir com esse segmento este projeto propõe um estudo de caso na área financeira em uma distribuidora de peças e acessórios, com foco em lâmpadas e baterias, com área de atuação na região sul de Santa Catarina.

Para a elaboração da monografia foram estruturados quatro capítulos, no primeiro se apresenta a situação problema, os objetivos e a justificativa onde deu-se início a pesquisa.

No segundo capítulo inicia-se a fundamentação teórica sobre planejamento, administração financeira e controles financeiros, para um melhor entendimento do problema em estudo.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo a partir de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, permitindo um melhor alcance do objetivo do estudo.

O quarto capítulo mostra a análise dos dados da pesquisa, respondendo à pergunta de pesquisa do presente estudo, através de informações obtidas para a realização do mesmo, como os demonstrativos e os índices financeiros. Por fim, se encontra a conclusão e as referências bibliográficas.

Com um controle financeiro eficaz na empresa, é possível contribuir para uma melhor visualização da situação da empresa no momento atual, analisando e otimizando resultados, deixando-a preparada para competir com grandes empresas.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

A implantação de um controle financeiro interno em uma organização é fundamental para determinar seu sucesso. Por meio de ações, tais como, planejar, organizar, dirigir e controlar, é possível o alcance dos objetivos almejados.

A administração direciona-se a todo processo que envolve organizações, administradores, decisões, recursos e objetivos. É necessário fazer escolhas e determinar recursos, começando por colaboradores e indivíduos que fazem parte da organização (MAXIMINIANO, 2004).

O autor ainda afirma que o processo de administrar é importante em todo tipo de situação aonde existam pessoas que para chegar a algum objetivo, utilizam recursos.

A administração financeira é muito importante nas organizações, auxilia nas aplicações de recursos que, conseqüentemente, aumenta o lucro. Toda empresa precisa de uma base segura para ter um bom início. Para determinar melhor o rumo do desenvolvimento da organização, evitando problemas no caso de possíveis eventualidades, é necessário realizar um planejamento financeiro (PADUA, 2014).

No Brasil há um grande número de micro e pequenas empresas, onde muitas delas finalizam suas atividades nos cinco primeiros anos, devido a um mau planejamento para permanecer no mercado (PORTAL BRASIL, 2013).

A empresa em análise é a Ecovolts Comércio Atacadista de Peças e Acessórios Ltda. – Me, empresa que atua a pouco tempo no mercado, localizada na Cidade de Criciúma. Distribui lâmpadas e diversos modelos de baterias em toda região Sul de Santa Catarina. É uma distribuidora de pequeno porte que iniciou suas atividades há dois anos, e não possui controle de seus dados financeiros, e isso acaba ocasionando alguns problemas e limitações.

Decorrente da organização não controlar seus dados financeiros, não há clareza dos rendimentos gerados, e nem mesmo se a margem de contribuição utilizada em seus produtos está adequada, não estando ciente do ponto de equilíbrio necessário para suprir com seus custos. Assim como, as entradas e saídas de caixa são controladas de forma pessoal pelo gestor, sendo que saídas de dinheiro são realizadas do caixa para despesas pessoais dos sócios.

É evidente a necessidade de um melhor controle financeiro e a implantação de alguns procedimentos e ferramentas que auxiliem esta ação, sendo assim, surge a seguinte questão de pesquisa: **quais os impactos gerados por controles financeiros eficazes, em uma empresa de pequeno porte no ramo de distribuição na região sul de SC?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores financeiros em uma empresa de pequeno porte do ramo de distribuição de produtos diversos na região sul de SC.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Conhecer os controles financeiros indicados nos estudos prévios;
- b) Levantar os dados financeiros existentes;
- c) Elaborar o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício;
- d) Calcular os índices de liquidez, de endividamento e de resultado;
- e) Analisar os resultados obtidos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo será realizado com o intuito de implantar procedimentos financeiros em uma empresa de pequeno porte, que atua a mais de um ano no mercado, de modo que possa melhorar seus controles financeiros, gerando informações com precisão.

Ferramentas como balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício e os indicadores decorrentes destas, além do fluxo de caixa, possibilitam o alcance de informações importantes, tais como, o faturamento da empresa, suas despesas, sendo elas fixas ou variáveis, como também as retiradas de dinheiro em caixa, que não são controladas de forma precisa, sendo esta uma característica presente em empresas deste porte.

As empresas de pequeno porte possuem grande participação na economia nacional e, desta forma, precisam obter um controle financeiro adequado para administrarem seus recursos com eficiência, permanecendo assim no mercado até mesmo quando o país apresenta crises econômicas.

Sendo assim, o estudo é relevante, pois através de um melhor controle financeiro as ME (Microempresas) terão melhores chances de se manter na economia, e assim, há geração de empregos e, conseqüentemente, renda para as pessoas, propiciando a movimentação de moeda na economia. Para o pesquisador é importante, pois a empresa em análise é da sua família, e irá proporcionar a mesma, melhor competitividade perante seus concorrentes no mercado. Para a

universidade é interessante, pois será um estudo que servirá de base para outros acadêmicos, relatando a relevância do controle financeiro em empresas de pequeno porte e apresentando as consequências que este mal controle ocasiona na organização.

O presente estudo é viável, pois serão disponibilizados todos os dados pela empresa em análise e existem várias obras que argumentam sobre a importância da gestão financeira, relatando o grande valor dos indicadores financeiros para as organizações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresentará a fundamentação teórica sobre assuntos referentes a controles financeiros focando em pequenas empresas.

Segundo Mondardo (2011 p. 8), é necessário utilizar informações científicas através da fundamentação teórica para uma melhor compreensão do problema.

2.1 ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Chiavenato (2000), a administração é uma área do conhecimento humano, cheia de complicações e desafios. O indivíduo que atua na mesma, como profissão, poderá atuar amplamente em diversos níveis de uma organização, como também em diferentes especializações na área da administração.

“A palavra administração deriva do latim ad (direção, tendência para) e minister (dependência ou submissão) que significa alguém que efetua uma atividade, mas estando submetido pela autoridade de outra pessoa” (DANTAS, 2003, p. 08).

Dantas (2003) ainda diz que a administração tem três características:

1. Ciência: O administrador não está preparado para enfrentar determinados problemas, por falta de experiência, não consegue resolvê-los, pois, os efeitos produzidos pelo mesmo não são claros.
2. Arte: Intenção de progredir por meio da preparação educativa para que o administrador possa executar com excelência as atividades nas instituições.
3. Profissão: Atuando em sua área de trabalho, o administrador poderá implantar projetos a curto e longo prazo, para a melhoria do mesmo, podendo também ser auxiliar de um cargo superior, entre outros.

2.1.1 Etapas da Administração

A classificação das etapas administrativas é composta por processos administrativos como o ato de controlar, dirigir, organizar e controlar. Desde a

atividade do operário de baixo nível, até o gerente, as ações são vistas nas atividades de uma empresa como um todo. (CHIAVENATO, 2000).

O quadro 1 abaixo, tem como objetivo, ilustrar as etapas da administração, para uma melhor compreensão sobre o tema.

Quadro 1: Etapas da Administração



Fonte: Chiavenato (2003, p. 138)

As etapas da administração, quando abordadas em conjunto, são formadas pelo planejamento, organização, direção e controle. Porém, quando abordadas individualmente, constituem as quatro etapas administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Podemos dizer que administração é o conjunto de atividades que se complementam e atendem a necessidade do mercado consumidor (MAXIMIANO, 2004).

2.2 ADMINISTRAÇÃO EM PEQUENAS EMPRESAS

Tornar-se empreendedor de uma micro ou pequena empresa, não é uma tarefa fácil. A maioria dos gestores trabalham durante horas e possuem muitos compromissos, porém, podem tomar suas próprias decisões, segundo os fatores econômicos. (PETTY, 1997).

O autor ainda afirma que o processo gerencial para dirigir e coordenar as atividades de trabalho, quando executado de maneira eficaz, contribui para a lucratividade e produtividade da micro ou pequena empresa.

A necessidade de um gerenciamento eficaz se torna mais acentuada à medida que o negócio se expande. Empresas muito pequenas frequentemente sobrevivem, apesar de um gerenciamento fraco. Até certo ponto, a qualidade de seus produtos ou serviços pode contrabalançar as deficiências em seu gerenciamento. Nos primeiros dias da vida empresarial, portanto, o negócio pode sobreviver e crescer, embora seu gerenciamento

ainda não chegue a ser profissional. Em empresas muito pequenas, entretanto, os defeitos no gerenciamento impõem tensões nos negócios e retardam seu desenvolvimento. (PETTY,1997, p.419).

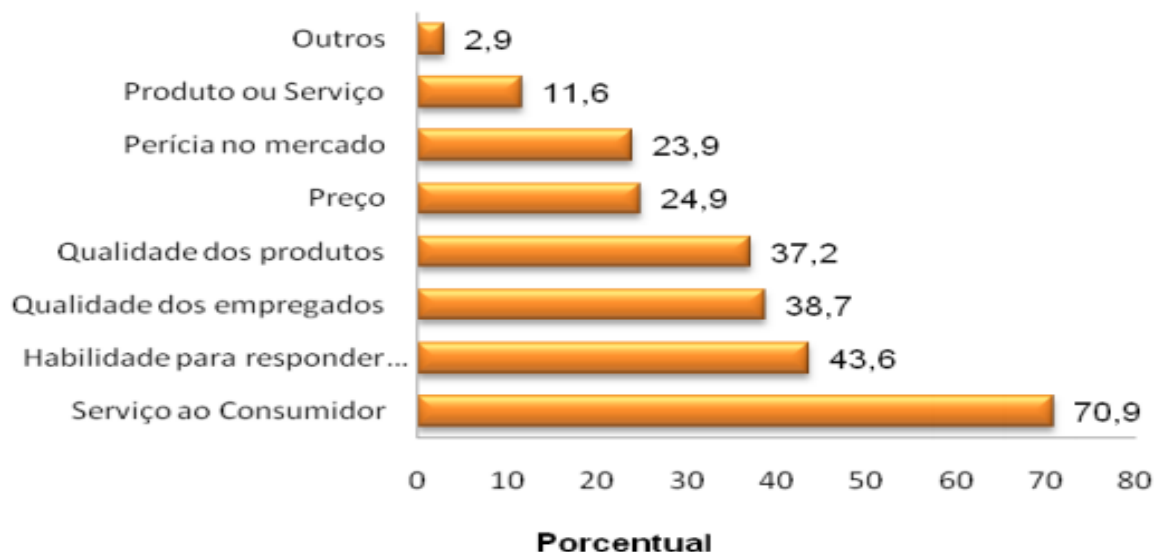
De acordo com Petty (1997), as empresas passam de um estágio organizacional para outro, adquirindo o gerenciamento necessário e limitando sua taxa de crescimento.

2.2.1 Vantagens de Micro e Pequenas Empresas no Mercado

Para Chiavenato (2005), a lei 7.256, de 27 de Novembro de 1984, facilitou e incentivou as facilidades operacionais das empresas de pequeno porte, possibilitando um maior desenvolvimento nas pequenas organizações.

Segundo pesquisa feita com empresas que possuem menos de 500 funcionários, a principal área que as mesmas acreditam ter uma vantagem sobre grandes empresas concorrentes é 70,90% com o serviço ao consumidor, seguido das agilidades para responder rapidamente às oportunidades com 43,60%, em terceiro está a qualidade dos empregados com 38,70%. Em quarto a qualidade do produto com 37,20%, seguida do preço de 24,90%, a perícia no mercado com 23,90%, produto e serviço com 11,60% e também foram levantados outros fatores como mostra o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Vantagens que pequenas empresas confiam ter sobre empresas concorrentes de grande porte



Fonte: Adaptado pelo pesquisador baseado em Petty (1997, p. 69).

As pequenas empresas estão entrando no mercado com vitalidade e força para encarar novas mudanças, por esse motivo, levam vantagens sobre grandes empresas, pois a mesma não possui flexibilidade para mudanças. (CHIAVENATO, 2005).

Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, identifica outra vantagem das micro e pequenas empresas através da Lei Federal 9.317 de 05/12/1996, que estabelece a redução da burocracia e cargas tributárias menores, tendo menores custos que uma empresa de grande porte, ou seja, seu concorrente. (SEBRAE, 2008)

2.2.2 Índice de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas no Brasil

As micro e pequenas empresas compensaram as perdas observadas nas médias e grandes organizações quando foram responsáveis por gerar 107,5% dos empregos em outubro de 2011. Entre as MPE, os empreendimentos que contratam até 4 colaboradores foram responsáveis pelo maior índice com 85,9%, seguido pelas que empregam de 20 a 99 colaboradores, respondendo por 11,6 do saldo total dos empregos do mês (SEBRAE, 2011).

A figura 1 abaixo, representa as MPE no país, comprovando seu percentual significativo de empregabilidade e para o Produto Interno Bruto.

Figura 1: Participação de micro e pequenas empresas na economia brasileira.



Fonte: Sebrae (2012).

Segundo os dados fornecidos pelo SEBRAE, as MPE representam 99% de empresas no país, atingindo 25% do Produto Interno Bruto (PIB), 52% de empregos formais, 70% das vagas geradas por mês, 40% da massa salarial e 1% das exportações, considerando números significativos para a economia brasileira.

Porém, uma matéria publicada no Brasil Econômico (2013), o diretor e presidente do Sebrae Nacional, afirma que o percentual de 25% ainda é muito pequeno se comparado com outros países, podendo ser melhorado, demonstrando que existe muito espaço para o crescimento dessas organizações. O mesmo continua afirmando que o PIB brasileiro aumentará nos próximos anos, mas para que isso ocorra, é necessário agregar mais valor aos produtos e melhorar a exploração e exportação que não tem alto índice (1%).

A figura 2 apresenta o mapa brasileiro apontando a distribuição geográfica brasileira dos pequenos negócios por região.

Figura 2: Classificação geográfica dos pequenos negócios.

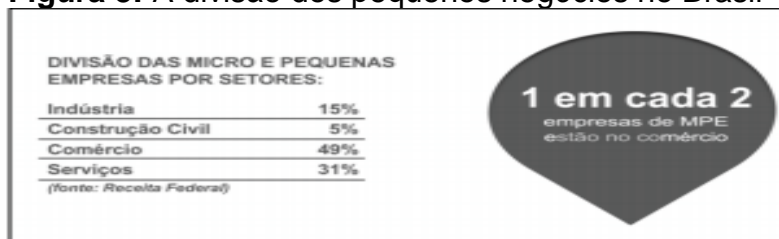


Fonte: Sebrae (2012).

Segundo os dados, 6,9 milhões de pequenos negócios brasileiros optaram pelo Simples Nacional, sendo a região sul com percentual estimado 19%, a região sudeste sendo o mais significativo com 49%, a região nordeste com 19%, a região norte com 5% e a região centro-oeste com 8%.

A figura 3 apresenta os pequenos negócios no Brasil dividido por setores:

Figura 3: A divisão dos pequenos negócios no Brasil



Fonte: Sebrae (2012).

De acordo com as informações apresentadas na figura 4, verificou-se que 15% das micro e pequenas empresas são de indústrias, 5% de construção civil, 49% são comércio, enquanto 31% são de serviços. Entre cada 2 MPE, uma delas estão no comércio.

A determinação das decisões que o empreendedor decide, independente do setor, é o sucesso de qualquer negócio (CHIAVENATO, 2005).

2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Administração financeira menciona a capacidade dos administradores financeiros nas empresas. Profissionais de diferentes áreas da organização precisam se comunicar com os integrantes da área de finanças para que haja um bom desempenho de seus serviços (GITMAN, 2010).

De acordo com Silva (2001) a administração financeira está relacionada ao porte da organização. Empresas de pequeno porte na maioria das vezes não possuem uma área voltada diretamente ao gerenciamento de operações financeiras. Muitas vezes essas tarefas são divididas entre uma contabilidade terceirizada e o proprietário da organização, no entanto com o passar do tempo à empresa passa a ter um porte maior, tornando-se necessário ter colaboradores capacitados, assim como um setor específico para o gerenciamento das operações financeiras.

Os administradores financeiros são os profissionais responsáveis pela gestão financeira de um negócio, sendo este de médio ou grande porte. Estes profissionais trabalham com o planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliando propostas que envolvam amplos desembolsos e arrecadação de fundos para financiar operações da empresa, por isso tem-se facilidade de encontrar executivos desta área (GITMAN, 2010).

2.3.1 Finanças Empresariais

Segundo Gitman (2010), praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finança diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e as ferramentas envolvidas na transferência de dinheiro entre empresas, pessoas e órgãos governamentais. A maneira de como a empresa obtém benefícios através dos recursos destinados,

pode ser definida como finanças empresariais. A mesma precisa saber a melhor maneira de administrar sua renda, aplicar, e fazê-la retornar.

Finanças para Gropelli e Nikbakht (2002) é aplicar uma série de princípios econômicos e financeiros para a maximização da riqueza ou o valor integral de um negócio. Hoje, esses dados são mais controlados, uma vez que atualmente os administradores utilizam métodos aperfeiçoados, e melhores estratégias para evidenciar o desempenho da empresa.

As funções financeiras das organizações são exercidas pelos setores de tesouraria e controladoria, essas áreas, na maioria das vezes ficam a cargo de um gerente ou diretor. A tesouraria é uma atividade de operacional, sua função é suprir os recursos para as outras atividades internas produzidas na empresa. Assim como as outras, a controladoria deve avaliar esta atividade. O orçamento que nasce na controladoria, depois de concluído, é dirigido à tesouraria para realizar o Planejamento Financeiro de Curto e Longo Prazo. A controladoria é um setor administrativo que coordena a gestão econômica do sistema empresarial através do subsistema de contabilidade societária, para prover a empresa de informações gerenciais (PADOVEZE, 2011).

2.3.2 Planejamento financeiro

O planejamento financeiro é de extrema importância para a administração financeira, tem como objetivo coordenar, orientar e controlar os passos que a organização deve dar para alcançar seus objetivos. O planejamento de caixa é um dos principais enfoques de um planejamento financeiro. O planejamento de caixa é a preparação e a realização do caixa da empresa, contudo esse aspecto é muito útil para planejamentos financeiros internos (GITMAN, 2010).

A situação econômica nas empresas, devido aos conflitos econômicos que podem vir a qualquer instante, pode ser considerada um campo cheio de incertezas. Com o crescimento da concorrência no mercado, o planejamento financeiro torna-se fundamental para a sobrevivência da organização. Para obter resultados positivos nas finanças de uma organização, a curto e em longo prazo, é necessário planejar como traçar metas, elaborar projetos e colocá-los em prática (GITMAN, 2010).

O administrador financeiro tem a responsabilidade sobre a função financeira de dirigir e controlar a mesma. De acordo com Gitman (1997, p. 4):

Os administradores financeiros gerenciam ativamente as finanças de todos os tipos de empresa, financeira ou não financeira, privada ou pública, grande ou pequena, com ou sem fins lucrativos. Eles desempenham uma variedade de tarefas, tais como orçamentos, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimento e captação de recursos.

Segundo Hoji (2000), não depende somente do administrador financeiro as iniciativas dos negócios de uma instituição, mas o mesmo pode colaborar com seus conhecimentos, auxiliando a empresa para dirigir seus negócios.

Hoji (2000), destaca que é necessário que o administrador financeiro realize algumas funções básicas. Abaixo serão mencionadas essas funções, desenvolvidos em objetos próprios:

- a) Realização de análise financeira;
- b) Tomada de decisões de investimentos;
- c) Tomada de decisões de financiamento.

Para desempenhar uma análise financeira de uma determinada empresa, é indispensável que o gestor converta os dados financeiros em informações, para que o setor financeiro consiga avaliar se haverá diminuição ou aumento da produtividade (HOJI, 2000).

De acordo com Ramos e Teixeira (2013, p.4), Responsabilidade é avaliar a necessidade do aumento ou diminuição da produtividade, determinando, dentro das organizações, qual forma de finanças deverá ser realizada.

Na tomada de decisões, a aplicação de todos os investimentos que a empresa faz em curto prazo, precisa ser analisada. Seja nas compras, nas contas a receber, ou em tudo aquilo que a empresa consegue transformar em dinheiro com mais agilidade (RAMOS; TEIXEIRA, 2013).

Segundo Ramos e Teixeira (2013, p. 5):

A composição refere-se ao montante de recursos aplicados em Ativos Circulantes e em Ativos Permanentes (fixos). Depois que a composição estiver definida, o administrador financeiro deve fixar e tentar manter níveis ótimos para cada tipo de Ativo Circulante. Deve também decidir quais são os melhores Ativos Permanentes a adquirir e saber quando os ativos existentes se tornarão obsoletos precisarão ser modificados, substituídos ou liquidados.

O administrador financeiro, deverá reconhecer a necessidade da empresa no momento, só assim poderá auxiliar a mesma na tomada de decisão de

investimentos. Decidindo se a empresa deverá investir em novos equipamentos, ou seja, os ativos permanentes, que serão usados por um longo período, ou buscar formas de obter dinheiro com maior rapidez e agilidade. O que determinará a melhor forma de desenvolver os investimentos, é a decisão de financiamento, estudando a forma mais adequada de estruturar seu capital próprio, ou procurar o auxílio de fornecedores (RAMOS; TEIXEIRA, 2013).

De acordo com Ramos e Teixeira (2013, p. 11):

Qual deveria ser a proporção entre recursos permanentes e temporários?
Quanto de recursos próprios e quanto de financiamentos em longo prazo?
O reinvestimento de lucros seria suficiente para atender às necessidades de recursos próprios? O mercado reagiria bem ao lançamento de novas ações?
Qual seria o impacto dos custos financeiros provocados pelos financiamentos em longo prazo e pelos empréstimos em curto prazo? Em vez de comprar ativos fixos, não deveríamos arrendá-los?

Segundo Ramos e Teixeira (2013), para tomar decisões dentro da empresa é necessário que o administrador saiba definir metas, planejar e ter como objetivo lucros para a organização e crescimento no mercado.

2.4 CONTROLES FINANCEIROS

De acordo com Reinert e bertolini (2007), os controles são necessários para todo tipo de empresa, a falta de controle sobre as entradas e saídas de capital em caixa, aumenta as chances de possíveis contas a pagar, acumulando dívidas, sem entradas suficientes para liquidá-las. As empresas se deparam com uma economia frágil nos dias atuais, por isso, uma gestão financeira eficaz é indispensável para o sucesso da mesma. Se o controle de aplicação do capital disponível ou a receber for bem conduzido, a necessidade de capital de giro é nula, reduzindo os custos e aumentando a receita operacional.

A maioria dos problemas financeiros são consequências de decisões tomadas sem qualquer tipo de planejamento, análise ou controle. Outra questão é ausência de informações e controles para gestão preços, capital de giro e margem de contribuição. Os instrumentos de controles fornecem soluções, evitam e diminuem problemas, possibilitando o alcance de objetivos da empresa. (OLIVEIRA, 2008).

2.4.1 Controle de Caixa

O caixa é o ativo mais líquido de uma organização, onde todos os ativos líquidos podem ser transformados. (GITMAN, 1997).

Gitman (1997, p. 586) ainda afirma que “o planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários”.

Os controles de caixa devem ser diários, referem-se ao saldo existente no caixa e as entradas e saídas de dinheiro, tendo como finalidade verificar erros de registros ou desvios de recursos. Fornecem informações que facilitam o controle de valores depositados, de pagamentos em espécie e disponibilidade de recursos em caixa, fornecendo dados para o auxílio da construção do fluxo de caixa (OLIVEIRA, 2008).

2.4.2 Controle de Contas a Receber

Segundo Santos (2010), tem como finalidade controlar as entradas de documentos, facilitando o setor financeiro no controle de pagamento ou recebimento dos mesmos através dos dados extraídos. Os componentes mais expressivos do capital de giro de uma empresa são as contas a receber das vendas a prazo.

As contas a receber são feitas de acordo com as estimativas de vendas de serviços ou produtos, podendo ser recebidas a vista, ou seja, no mesmo mês da efetiva venda, ou ainda recebidas em outros meses, como a receita a prazo (ZDANOWICZ, 1989).

Segundo Silva (2000, p. 28), administração de contas a receber “representa a concessão de créditos aos clientes, gerando o volume de vendas a vista e a prazo”. O autor continua esclarecendo que o pagamento a prazo pode ser uma forma para deixar os clientes prazerosos no momento da compra, ajudando a empresa, fazendo com que não aumente o volume de duplicatas a receber ou riscos de inadimplência.

2.4.3 Controle de Contas a Pagar

Para administrar as contas a pagar de maneira eficaz, é necessário que o administrador financeiro tenha bom relacionamento com os fornecedores, tendo como consequência, melhores negociações, como o prazo para pagamentos. Reis e Neto (2000, p. 272) relatam que: “O administrador deverá analisar as datas de vencimentos e fazer previsões desses desembolsos”.

De acordo com Zdanowicz (1998, p. 58), desembolsos são:

[...] matérias primas para realização da atividade operacional da entidade; salários e encargos sociais como pagamentos aos funcionários pelos serviços prestados; despesas incertas de fabricação, sendo estes, manutenção da fábrica e gastos que poderão ocorrer sem estarem programados; e despesas operacionais ligadas às operações normais da empresa.

Manter um relacionamento saudável com os clientes e fornecedores impacta o caixa da empresa diretamente, e para que isso ocorra, é necessário manter os canais de comunicação facilitados e abertos (SILVA, 2006).

2.4.4 Controle de Estoque

Reis e Neto (2001, p.270), afirmam que: “Quando há quantidade de produtos em estoque forem maiores que o planejado, significa que há grandes investimentos a serem realizados”. É necessário que o administrador saiba administrar o estoque para conseguir gerenciar o capital de giro.

Para Silva (2006), para suprir sempre as necessidades dos seus clientes, as organizações deveriam investir em seus estoques. O autor continua afirmando que “os custos com estoques são, possivelmente, recuperáveis, porém, há outros tipos de despesas além do produto em si, como: equipamentos e pessoal, em operação de recepção, embalagens, entre outros”.

O estoque é um bom investimento para a empresa, porém a compra excessiva deve ser controlada, para não causar prejuízos a mesma. O estoque deverá ser administrado com cuidado para que não falte os produtos afetando os clientes e o equilíbrio das contas a receber da empresa (SILVA, 2006).

2.4.5 Capital de Giro

A necessidade de Capital de Giro é um fator principal para a administração financeira de uma empresa, é a diferença entre o ativo circulante

operacional e o passivo circulante operacional. (MATARAZZO, 2010). Ainda, segundo o autor, a necessidade de Capital de Giro não é só um conceito fundamental para a análise da organização do ponto de vista financeiro, ou seja, além de análise de caixa, também é de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

As empresas precisam observar níveis de estoque para poder suprir gastos e obter lucros, observando também que a quantidade de capital de giro dependerá do crédito comercial e volume de vendas. (SANTOS, 2001).

Para Brom, Balian (2007, p.55):

Capital de giro pode ser definido como o montante de recursos que a empresa precisa desembolsar antes de receber pela venda de seus produtos ou serviços, isto é, todos os pagamentos efetuados para manter a empresa funcionando até que receba de seus clientes.

2.5 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

De acordo com Gropelli e Nikbakht (2002), existem algumas formas de avaliar o desempenho de uma organização, sendo uma delas a análise dos demonstrativos financeiros. Esta análise pode ser avaliada de três tipos:

1. Estudar o conteúdo da demonstração de resultado do exercício e do balanço patrimonial;
2. Examinar as relações entre o demonstrativo de resultado e o balanço patrimonial, fazendo uma análise de índices financeiros;
3. Realizar análises nos demonstrativos de fluxo de caixa.

Para Gitman (2010) a demonstração de resultado apresenta o resumo financeiro dos resultados operacionais da empresa de um período determinado. Tem o propósito de ajudar os administradores a realizar um planejamento consistente. Por meio do estudo destes demonstrativos, os administradores podem verificar os pontos fracos nas operações financeiras, tomando medidas corretivas adequadas.

2.5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra a situação financeira da empresa em um período determinado de tempo. Ele mostra momentaneamente a posição de valores de ativos, passivos e patrimônio líquido (ASSAF, 2004).

Para Assaf (2004, p. 31):

O balanço patrimonial é uma demonstração fundamental para a entidade e indispensável para todos os usuários da contabilidade. Através do balanço, o usuário pode conhecer a liquidez das empresas, seus principais investimentos, endividamento, a segurança medida pela participação do capital próprio no negócio e outros indicadores.

Quadro 2: Composição da Estrutura do Balanço Patrimonial

ATIVO (+) BENS DIREITOS	PASSIVO (-) OBRIGAÇÕES
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Assaf, (2004, p. 29).

Segundo Ludícibus (2010) o balanço patrimonial é uma das demonstrações mais importantes, pois mostra a situação financeira e patrimonial de uma empresa onde mostra o ativo, com seus componentes localizados do lado esquerdo do balanço, e no geral representa os bens e direitos da organização. O passivo que se localiza do lado direito do balanço, demonstrando as obrigações a pagar. E o patrimônio líquido que mostra a diferença entre eles. Conforme representado no quadro 2 acima.

Conforme pode ser observado no quadro 3 abaixo, no ativo são mostradas primeiro as contas que são convertidas mais rápido em disponibilidades, começando com o disponível no caixa e bancos, contas a receber, estoques e assim consecutivamente. No passivo, primeiro se classifica as contas onde a exigibilidade ocorra antes (LUDÍCIBUS, 2010).

Quadro 3: Estrutura do Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajuste de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado Ludícibus et. al. (2010, p.3).

De acordo com Morante (2007), o Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis, é uma demonstração crucial para a gestão financeira, pois identifica a posição econômica financeira das organizações, obedecendo ao princípio da entidade, e enaltecendo que o patrimônio dos sócios

não pode ser confundido com o patrimônio da empresa, para não gerar o fato conhecido como confusão patrimonial.

2.5.2 Demonstrativo de Resultado (DRE)

Para Assaf Neto (2002) a demonstração de resultado do exercício visa fornecer os resultados, lucro ou prejuízo. O lucro ou prejuízo é resultante das receitas, custo e despesas que ocorrer em determinado período.

A Demonstração do Resultado do Exercício apura o lucro ou prejuízo de exercício. Conglomera receitas, despesas, ganhos e perdas que forem apurados (ASSAF NETO, 2014).

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultado de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o 19 regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos. (ASSAF NETO, 2006, p. 84)

A DRE é uma demonstração dinâmica que informa o resultado das operações num período determinado. É a soma do montante das operações de receitas e despesas em um determinado período (MARION, 2006). O autor, cita que a Demonstração do Resultado do Exercício pode ser analisada trimestralmente, semestralmente ou anualmente, como costuma ser feito pelas empresas.

Através de informações financeiras de uma organização, a Demonstração do Resultado do Exercício, apresenta os aumentos e reduções das operações da empresa geradas no Patrimônio Líquido. Através do ingresso de novos itens as receitas representam o aumento do ativo, como da venda de serviços ou produtos da empresa, duplicatas a receber ou dinheiro acrescido de transações. (MATARAZZO, 2010).

Na figura 4 a estrutura de uma Demonstração do Resultado do Exercício pode ser apresentada segundo Matarazzo (2010), da seguinte forma:

Figura 4: Demonstração do Resultado do Exercício.

RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS
(-) devoluções
(-) Abatimentos
(-) Impostos
(=) Receita Líquida das Vendas e Serviços
(-) Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras)
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
(+) Outras Receitas Operacionais
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional
(+) Receitas não Operacionais
(-) Despesas não Operacionais
(+) Saldo da Correção Monetária
(=) Resultados do Exercício antes do Imposto de Renda
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social
(-) Participações e Debêntures
(-) Participação dos Empregados
(-) Participação de Administradores e Partes Beneficiárias
(-) Contribuições para Instituições ou Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício
(=) Lucro ou Prejuízo por Ação

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

O DRE é então, uma ferramenta de demonstração financeira muito importante, pois que reúne diversas informações financeiras, avaliada em um período determinado, para a verificação da obtenção de lucro ou prejuízo no exercício analisado (MATARAZZO, 2010).

2.5.3 Fluxo de caixa

O fluxo de caixa é um instrumento financeiro que tem como objetivo registrar o controle de entradas e saídas de dinheiro de uma empresa em um determinado período. A análise e a elaboração frequente desse fluxo proporcionam ao gestor confiança na hora das tomadas das decisões, sustentando o planejamento estratégico nas corporações. Para manter o objetivo de controlar a projeção de finanças, o fluxo de caixa é uma ferramenta indispensável para os gestores financeiros (SILVA, 2006).

Assaf Neto e Silva, (2002, p.39) afirmam que:

Conceitualmente, o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando medidas saneadoras a serem tomadas.

O fluxo de caixa é um importante instrumento não só para a organização, mas também para os gestores, utilizado como uma estratégia para definir novas projeções financeiras quando o mesmo é analisado e elaborado, promovendo medidas de prevenção, evitando a escassez de caixa (ASSAF NETO; SILVA, 2002).

2.5.3.1 Finalidades do Fluxo de Caixa

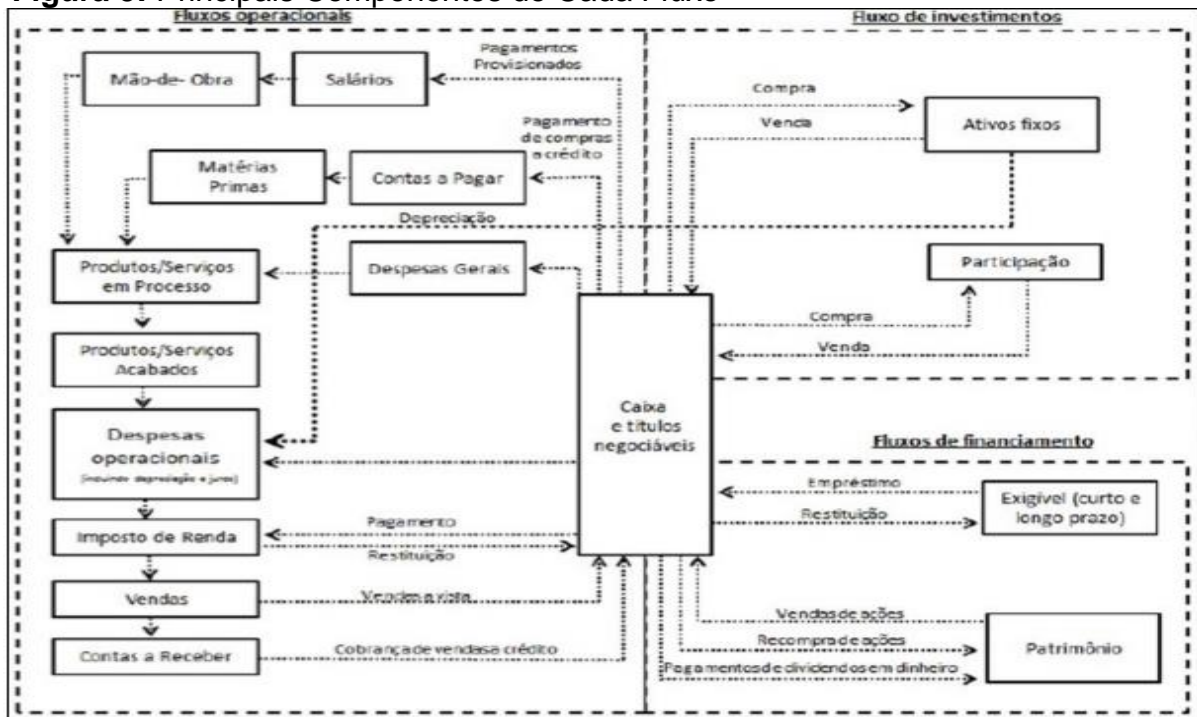
Para Santos (2001), o fluxo de caixa tem várias funções: Informar os recursos que a organização tem para saldar suas obrigações financeiras a curto e longo prazo; planejar o contrato de empréstimos e financiamentos; aumentar o rendimento das aplicações das sobras de caixa; identificar o impacto financeiro de variação dos custos; e avaliar o desempenho financeiro das vendas.

O principal objetivo do fluxo de caixa é tornar transparente a situação financeira da empresa por meio de informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa em determinado período de tempo (AZEVEDO, 2008).

Gitman (2010) explica que a empresa compõe o fluxo de caixa em 3 grupos, sendo eles:

1. Fluxo operacional: Neste tipo de fluxo, os meios das atividades de vendas de produtos e de modificação de matérias primas, geram impactos no caixa, para onde a empresa está voltada com atenção.
2. Fluxo de investimento: Este fluxo refere-se sobre os investimentos da organização e também sobre inclusão e exclusão de itens que pertencem ao ativo permanente de uma empresa.
3. Fluxo de financiamento: É formado pelas necessidades de caixa através do capital financeiro de terceiros, respectivas devoluções aos órgãos de competência e pelas movimentações no patrimônio líquido.

A figura 5 abaixo, apresenta os componentes de cada fluxo:

Figura 5: Principais Componentes de Cada Fluxo

Fonte: Gitman (2010, p. 98)

2.5.3.2 Modelos de Fluxo de caixa

O fluxo de caixa é uma ferramenta que controla a projeção dos recursos financeiros de uma empresa, a análise deste fluxo é fundamental para as organizações, sendo micro, pequenas, médias ou grandes empresas. Para o fluxo de caixa ser realizado, é necessário a elaboração de métodos. Sendo assim, para preparação do mesmo, pode-se empregar o método direto ou o método indireto. Segundo Zdanowicz (2004), um fundamentado por meio das informações oriundas das operações, já o outro, tem como início, o lucro líquido do exercício.

Concordando com Zdanowicz (2004), Azevedo (2008), afirma que a Demonstração do Fluxo de Caixa poderá ser elaborada pelo método direto ou pelo método indireto. Ambos os métodos mostram variações de valor na conta caixa/equivalente, entre início e fim do período. No entanto, o método direto apresenta todas as entradas e saídas de caixa, justificando a variação encontrada na conta caixa/equivalente. No método indireto, em uma parte do lucro líquido do exercício, são efetuados alguns ajustes de valores para justificar as variações do caixa/ equivalentes.

Neste contexto, a baixo segue o quadro 4, que apresenta as diferenças dos métodos utilizados no Demonstrativo do Fluxo de Caixa:

Quadro 4: Diferenças entre o método Direto e Indireto

MÉTODO DIRETO	MÉTODO INDIRETO
1. Fluxo Operacional	1. Fluxo Operacional
(+/-) Toda a movimentação de entrada e saída de dinheiro das contas: a) Caixa; b) Bancos; e c) Equivalentes (=) Fluxo Operacional	Parte do Lucro Líquido do exercício (+/-) ajustes de valores contidos na DRE que não influenciaram no caixa/bancos (+/-) ajustes das contas patrimoniais operacionais (exceto Caixa/Bancos e AP) (=) Fluxo Operacional
2. Fluxo de Investimentos	2. Fluxo de Investimentos
3. Fluxo de Financiamentos	3. Fluxo de Financiamentos
(=) Variação do Caixa/Bancos e Equivalentes (1+2+3)	(=) Variação do Caixa/Bancos e Equivalentes (1+2+3)
Saldo Final das contas Caixa/Bancos/Equivalentes	Saldo Final das contas Caixa/Bancos/Equivalentes
Saldo Inicial das contas Caixa/Bancos/Equivalentes	Saldo Inicial das contas Caixa/Bancos/Equivalentes
(+/-) Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(+/-) Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes

Fonte: Azevedo (2008, p.30).

2.6 PRINCIPAIS ÍNDICES FINANCEIROS

Os índices financeiros analisam a capacidade financeira da empresa em liquidar suas dívidas na data do vencimento, sabendo assim a capacidade de manter o capital de giro com um volume necessário para realização das atividades (SANTOS, 2001).

O uso de índices financeiros representa a ferramenta de análise e interpretação dos dados obtidos nos demonstrativos financeiros. Sendo assim, estes índices transformam os dados em informações, necessárias para a realizar análises gerenciais dos resultados financeiros que a organização apresenta ao longo dos anos (HELFERT, 2000).

2.6.1 Índices de liquidez

Os quatro principais índices de liquidez são: liquidez imediata, corrente, seca e geral, é com esses índices que a empresa saberá se é possível ou não cumprir com as suas obrigações financeiras de curto prazo e longo prazo (SOUZA, 2014).

2.6.1.1 Liquidez Imediata

O indicador de Liquidez Imediata representa a capacidade financeira da organização de liquidar as dívidas de curto prazo, utilizando das contas existentes no balanço patrimonial, apenas com o caixa e o equivalente de caixa dividido pelo passivo circulante. Este índice possui a função de avaliar se a empresa conseguiria arcar com todas as suas obrigações de curto prazo, com somente os valores em que a organização possui para então transformá-lo, imediatamente, em dinheiro (SOUZA, 2014).

2.6.1.2 Liquidez Corrente

Este índice demonstra se a empresa possui a necessidade ou não de capital de giro, pois, o indicador mostra se há sobra de caixa, após o pagamento das suas obrigações de curto prazo. (SOUZA, 2014). O autor ainda diz que esse índice ainda ajuda a resolver um problema que muitas empresas enfrentam, o descasamento dos prazos, que são os ativos e passivos circulante de curto prazo (até 12 meses).

Perondi (2007) concordando com Souza (2014), diz que este índice mostra a capacidade financeira da empresa para o cumprimento de seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto à empresa tem de Ativo Circulante para cada um real de Passivo Circulante.

2.6.1.3 Liquidez Seca

De acordo com Perondi (2007) este índice revela a capacidade financeira líquida da empresa para o cumprimento de seus compromissos de curto prazo, ou seja, quanto à empresa tem de Ativo Circulante, para cada um real de Passivo Circulante, sem a utilização de seus estoques.

O resultado serve para, adequar o percentual das dívidas de curto prazo em condições de serem liquidadas com o uso de ativos monetários com mais liquidez. (ASSAF NETO, 2002).

Segundo Souza (2014), este indicador exclui o ativo estoque para limitar o ativo circulante da empresa, mostrando a sua capacidade de pagamento. Porque, sabe-se que para esta conta representar ganhos para a organização, os estoques precisam ser transformados em produtos e vendidos.

2.6.1.4 Liquidez Geral

Para a realização desse índice é necessária a soma do ativo circulante mais o realizável em longo prazo dividido pelo passivo circulante mais o exigível em longo prazo. Este indicador é usado para verificar se a empresa tem recursos financeiros para liquidar todas as suas dívidas de curto e longo prazo. Se o resultado for menor do que um a empresa não tem como saldar suas dívidas (SOUZA, 2014).

Para Perondi (2007) estes recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável em Longo Prazo, são o suficiente para cobrir as obrigações totais.

No Quadro 5 está apresentado o resumo das fórmulas matemáticas para calcular os indicadores de liquidez.

Quadro 5: Fórmulas para o cálculo dos índices de liquidez

INDICADORES	FÓRMULAS
Índice de liquidez	
Liquidez Geral	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$
Liquidez Seca	$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Imediata	$LI = \frac{\text{Caixa e Equivalente de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Corrente	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Souza (2014).

2.6.2 Índice de Endividamento

Os índices de endividamento são calculados para realizar a análise do capital próprio e de terceiros. São indicadores importantes que identificam o volume de investimentos que são realizados na empresa com ajuda de capital de terceiros. Existem algumas formas de verificar o grau de endividamento uma delas é realizando os cálculos dos índices. Estes cálculos servem para demonstrar em

percentual os ativos totais, financiados por capitais de terceiros (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2002).

Para Assaf Neto (2003), os índices de endividamento são usados para avaliar a composição das fontes passivas dos recursos de uma organização e sua participação em relação ao capital próprio. São necessárias para medir o grau de comprometimento financeiro da empresa diante de seus credores, principalmente, de analisar a capacidade de exercer os compromissos financeiros adquiridos em longo prazo.

2.6.2.1 Participação de Capital de Terceiros

O índice de capital de terceiros aponta o quanto a empresa possui de dívidas com os mesmos, para cada R\$1,00 de patrimônio líquido, ele apresenta a relação entre o passivo exigível total e o patrimônio líquido. Um baixo grau de endividamento e a liberdade financeira para tomar decisões, é uma consequência da pouca participação de terceiros na empresa. É um índice importante, pois auxilia como uma base para o direcionamento de uma nova estratégia na organização (RIBEIRO, 2002).

Santos, Schmidt e Martins (2006, p.121) argumentam que:

Os índices de estrutura e endividamento objetivam evidenciar a composição das origens de recursos da empresa, quer sejam de capitais de terceiros ou de capitais próprios, bem como fornecer informações capazes de avaliar o comprometimento financeiro atual da empresa perante terceiros e, consequentemente, a capacidade de a empresa aumentar o seu endividamento.

A figura 6 a seguir, demonstra a fórmula da composição do endividamento.

Figura 6: Composição do Endividamento

$$\text{Composição de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Fonte: Ribeiro (2002, p. 135).

2.6.2.2 Endividamento Total

Por meio deste indicador é possível saber a participação do Capital Próprio da empresa agregados em seu Ativo Total. Existe muita atenção dispensada na capacidade de pagamento da organização, quanto maior o grau de endividamento da mesma, há grande chance de a empresa não conseguir cumprir suas obrigações com terceiros. (NEVES; VICECONTI, 2007).

O índice mostra o quanto à organização tem de dívidas com terceiros para cada R\$1,00 de ativo total, é a relação entre o passivo exigível e o total do ativo. O endividamento total pode ser calculado com a seguinte fórmula:

Figura 7: Fórmula de Endividamento Total

$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo Exigível (Capital de Terceiros)}}{\text{Ativo Total}}$
--

Fonte: Adaptado Neves e Viceconti (2007)

2.6.3 Índices de resultado

Os índices de resultado têm a capacidade de ilustrar a rentabilidade e a lucratividade gerada pela organização. Ambos apresentam resultados financeiros para a empresa. Estes indicadores demonstram os resultados adquiridos com a aplicação de capitais e verificar se houve o retorno esperado com um determinado investimento (HELFERT, 2000).

O índice de rentabilidade, é o retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o investimento, e tem como função mostrar a renda dos capitais investidos. O retorno sobre o patrimônio líquido tem como função medir a taxa de retorno, a ação da organização, será melhor quanto maior retorno for obtido (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2002).

O índice de lucratividade, apresenta em forma de porcentagem o quanto sobrou para a organização de cada real adquirido com as vendas, após identificar as despesas, custos, tributos e outros. Este indicador explica que o índice de lucratividade está relacionado com o crescimento, eficiência e sucesso empresarial, e quanto maior, melhor será. (GITMAN, 2010).

O quadro 6 abaixo, representa duas fórmulas de cálculos matemáticos sobre índices de resultado.

Quadro 6: Fórmulas Para o Cálculo dos Índices de Resultado

ÍNDICES	FÓRMULAS MATEMÁTICAS
Rentabilidade	$R = \frac{\text{Lucro Líquido Operacional}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Lucratividade	$L = \frac{\text{Lucro Líquido Operacional}}{\text{Faturamento Bruto Anual}}$

Fonte: Gitman (2010)

2.6.4 Análise Horizontal e Vertical

A análise horizontal e vertical é um instrumento que ajuda, junto com os indicadores financeiros, o administrador financeiro nas decisões. Os números em linha vertical, são verificados pela análise vertical, demonstrando a participação que determinado conta contábil obteve sobre o valor total de determinado grupo (PERONDI, 2007).

A análise vertical tem como objetivo encontrar a proporção em que cada conta é executada dentro da empresa, com esta análise podemos identificar a fonte de recursos próprios, de terceiros, o destino dos recursos capitados e as contas geradoras de obrigações e de direitos da organização (REIS, 2003).

Perondi (2007, p.35-36), esclarece que:

A análise horizontal, também chamada de ANALISE DE TENDÊNCIA, é a observação de uma sequência de um mesmo índice ou de uma sequência de valores de uma mesma conta, durante vários anos ou períodos. Possibilita o acompanhamento do desempenho de cada uma das contas que compõem a demonstração em questão, ressaltando as tendências evidenciadas em cada uma delas, sejam evoluções positivas ou negativas, com dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do exercício.

Para entender a evolução existente nos demonstrativos financeiros é necessário a realização da análise horizontal, a mesma é calculada dividindo aos valores, do exercício social mais antigo para o mais atual. É expressada em forma de porcentagem, para a visualização do processo de evolução da conta. Dependendo da interpretação de cada conta e com o crescimento declínio esperada pela mesma, pode variar de forma positiva a negativa (MATARAZZO, 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo abordará os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, incluindo o delineamento de pesquisa, definição da população alvo, plano de coleta de dados, plano de análise dos dados e síntese dos procedimentos metodológicos.

Método é um processo de verificação e controle que se adota para o desenvolvimento acelerado e eficiente de uma atividade qualquer. Um trabalho não é possível ser executado sem a adoção de algumas técnicas e procedimentos norteadores da ação. (BASTOS; KELLER, 1995, p. 84).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os fins e meios de investigação procuram conseguir chegar aos objetivos específicos e gerais de um determinado estudo abordado, são aspectos usados para definir um tipo de pesquisa. Dirigindo-se sobre os procedimentos mais adequados para que o trabalho seja concluído com qualidade. (VIANNA, 2001). O mesmo ainda afirma que, metodologia é a ciência e a arte para encontrar ações, para alcançar objetivos propostos na pesquisa, para que essas ações sejam definidas com persistência.

Lakatos e Marconi (2001) afirmam que é necessário que o pesquisador desenvolva um levantamento bibliográfico para auxiliá-lo no processo do estudo. Os autores ainda explicam que a pesquisa envolve qualquer bibliografia já tornada pública, com relação ao tema estudado. Ainda continuam explicando que sua finalidade é apresentar ao pesquisador todas as informações possíveis sobre determinado assunto, deixando-o em contato direto com o tema abordado.

A pesquisa tem como caráter descritivo, pois permite uma melhor compreensão do desempenho de muitos fatores que influenciam fenômenos, esclarecendo a situação da empresa estudada, através da observação de análises e registros dos mesmos.

Gil (2002), explica que descrever as características de determinada população ou fenômeno, são alguns dos objetivos da pesquisa descritiva. As formas que podem ser classificadas sobre esse título são diversas, suas características fundamentais e significativas podem ser encontradas utilizando técnicas

padronizadas de coleta de dados, através de questionários e a observação sistemática.

Lakatos e Marconi (2001) complementam que a pesquisa descritiva é a descrição simples de um fenômeno, abordando quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. A fonte de coleta de dados que pode ser encontrada limitada a documentos, sendo escritos ou não, formando o que se denomina fontes primárias, são aspectos que caracterizam esse tipo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é utilizada em diversas etapas do estudo, auxiliando na pesquisa, feita através de livros, revistas científicas e artigos, com a finalidade de explicar o assunto da pesquisa por meio de diversos tipos de autores (Vianna, 2001).

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi de extrema importância, pois foi possível apresentar ideias de diversos autores sobre o tema estudado, possibilitando maior esclarecimento e conhecimento, auxiliando na execução de coleta de dados futuros.

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO

A população alvo é o conjunto de elementos mensuráveis que colaborarão para concluir os resultados da pesquisa em estudo (DIEHL; TATIM, 2004).

Os autores continuam esclarecendo que amostragem não probabilística, não depende de fórmulas, uma das maneiras que pode ser executada é de forma intencional, aonde o pesquisador dirige-se os meios que pretende estudar.

A estrutura da população alvo será conforme o quadro 7 abaixo:

Quadro 7: Estruturação da população alvo

Objetivos	Período	Extensão	Unidade de amostragem	Elemento
Buscar dados da empresa em estudo	Primeiro semestre de 2017	Empresa	Setor financeiro	Responsável pelo setor financeiro

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2017)

O estudo ocorreu em uma microempresa familiar, que comercializam produtos diversos, distribuindo e revendendo para criciúma e região sul. A empresa, denominada Ecovolts, foi fundada no ano de 2015 na cidade de Criciúma/SC.

Como a empresa tem pouco tempo de atuação no mercado, não possui muitos conhecimentos administrativos, o que gera desorganização nos processos de todos os setores existentes, inclusive na parte financeira, dificultando o progresso da organização, pois não possui conhecimento sobre seus recursos disponíveis para investimentos, ou necessidade de financiamentos.

A coleta de documentos é necessária para ter uma ampla visão e controle sobre as entradas e saídas de recursos da organização

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Existem muitas maneiras para coletar dados na pesquisa, a entrevista é a mais utilizada, pode ser feita de forma individual ou coletiva. Outra maneira que também pode ser utilizada é o questionário, usada geralmente quando a pesquisa é composta por vários elementos (GIL, 2002).

A coleta de dados deve ser feita através das necessidades da pesquisa, esclarecendo os dados em primários e secundários (ROESCH, 2007).

A coleta de dados ocorreu pela execução de uma entrevista, usando-se de um plano de coleta de dados primários e secundários. O próprio pesquisador deve coletar os dados primários diretamente, através de métodos, diferentemente, os secundários serão obtidos através de documentos, relatórios ou dados já preparados.

Nessa etapa, os dados aplicados foram fornecidos pela própria empresa, através de documentos e uma entrevista semiestruturada com o proprietário. Realizando perguntas com relação ao setor financeiro, capacidade produtiva, custos, fornecedores e quantidade de vendas, podendo também ser feitas perguntas espontâneas, não contidas no roteiro. Após a coleta de todas as informações, a análise foi executada pelo pesquisador.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Lakatos e Marconi (2001), após recolher os dados e alcançar resultados, o próximo passo a ser executado é a interpretação e análise dos mesmos, para acrescentar a pesquisa. Os autores continuam explicando que o pesquisador entra em maiores detalhes sobre a pesquisa ao fazer uma análise, obtendo respostas às suas dúvidas, relacionando informações adquiridas e as hipóteses formuladas.

A análise dos dados colhidos é relevante tanto para as pesquisas qualitativas quanto para as quantitativas, fazendo-se necessário organizar os dados coletados para serem interpretados pelo pesquisador por meio de ferramentas específicas de análise de dados, que se ajustam aos diversos tipos de pesquisas e de material obtido (DIEHL; TATIM, 2004).

De acordo com Vianna (2001), os métodos para a coleta dos dados podem ser de abordagem quantitativas: quando a investigação do objeto de pesquisa é por meio de análise de números aplicando questionários e entrevistas estruturadas; ou qualitativa: quando os dados são descritivos como palavras e imagens, através de entrevistas abertas, documentos pessoais, observação e fotografias.

O plano de análise de dados utilizado foi de abordagem quantitativa, segundo Diehl e Tatim (2004) a abordagem quantitativa é definida por tudo aquilo que pode ser quantificado, ou seja, traduzir em números as informações para então se obter a análise dos dados e, em seguida, chegar a uma conclusão. Os autores ainda reforçam que na análise quantitativa podem-se computar porcentagens, calcular médias, e examinar os dados para verificar se possuem ou não significância estatística.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste estudo, foi fundamental cumprir determinados objetivos específicos, sendo eles:

- a) Organizar o levantamento de controles financeiros existentes na empresa, através do Balanço Patrimonial e da DRE.
- b) Observar os dados financeiros da empresa em estudo, apontando entradas e saídas da organização analisada.
- c) Apresentar os dados observados através da realização de análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da DRE e Indicadores Financeiros.
- d) Realizar o cálculo de índices financeiros através de planilhas, considerando os ativos e passivos existentes na empresa.
- e) Analisar os resultados obtidos através dos cálculos realizados.

Alguns tópicos que foram citados na fundamentação teórica, serviram como auxílio, facilitando a apresentação e análise dos dados obtidos.

4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

As primeiras análises serão representadas através dos quadros 08, 09 e 10, demonstrando a Análise Vertical e conseqüentemente a Análise Horizontal do Balanço Patrimonial e da DRE da empresa em estudo.

As análises vertical e horizontal são ferramentas que ajudam, junto com os indicadores financeiros, o administrador financeiro nas decisões. A análise vertical tem como objetivo encontrar a proporção em que cada conta é executada dentro da empresa. A análise horizontal é a observação de uma continuação de um mesmo índice ou de uma série de valores de uma mesma conta, durante vários períodos (PERONDI, 2007).

A coleta dos dados foi disponibilizada através dos sócios administradores da empresa. Por meio do Balanço Patrimonial e da DRE será realizada uma análise financeira e econômica, evidenciando o seu desempenho durante os anos de 2016 e 2017.

4.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de demonstrar a situação patrimonial e financeira da organização em um determinado período.

Morante (2007), afirma que o Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis, crucial para a gestão financeira, pois identifica a posição econômica financeira das organizações, obedecendo ao princípio da entidade, e enaltecendo que o patrimônio dos sócios não pode ser confundido com o patrimônio da empresa, para não gerar o fato conhecido como confusão patrimonial.

O quadro 08, apresentado a seguir, demonstra a Análise Vertical do Balanço Patrimonial. Primeiro apresenta-se a Análise Vertical, por ordem do passado para o presente das contas patrimoniais do ano de 2016 em relação ao ano de 2017.

Quadro 8: Análise vertical do balanço patrimonial.

ATIVO	2016	AV%	2017	AV%
Circulante	949.099,19	95,99	980.690,32	95,37
Caixa e equivalentes de caixa	64.439,57	6,52	45.014,69	4,38
Contas a receber	635.739,62	64,29	339.438,77	33,01
Estoques	248.920,00	25,17	596.236,86	57,98
Não circulante	39.700,00	4,01	47.650,00	4,63
Imobilizado				
Móveis e utensílios	2.000,00	0,20	4.000,00	0,39
Veículos	36.000,00	3,64	36.000,00	3,50
Softwares e equip informática	1.700,00	0,17	7.650,00	0,74
ATIVO TOTAL	988.799,19	100,00	1.028.340,32	100,00
PASSIVO	2016	AV%	2017	AV%
Circulante	600.658,85	60,75	624.812,26	60,76
Contas a pagar	507.213,99	51,30	559.385,18	54,40
Tributos a recolher	33.135,86	3,35	40.324,28	3,92
Salários e encargos sociais	60.309,00	6,10	25.102,80	2,44
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos				
Patrimônio Líquido	388.140,34	39,25	403.528,06	39,24
Capital social	50.000,00	5,06	50.000,00	4,86
Lucros acumulados	338.140,34	34,20	353.528,06	34,38
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	988.799,19	100,00	1.028.340,32	100,00

Fonte: elaborado pelo autor (2017)

Conforme o gráfico acima, os componentes do ativo, no geral representa os bens e direitos da organização. O passivo, demonstra as obrigações a pagar. E o patrimônio líquido que mostra a diferença entre eles. No ativo são mostradas primeiro as contas que são convertidas mais rápido em disponibilidades, começando com o disponível no caixa, contas a receber, estoques e assim consecutivamente. No passivo, primeiro se classifica as contas onde à exigibilidade ocorra antes (LUDÍCIBUS, 2010).

Observa-se que no ano de 2016 a análise vertical do ativo, que tem um maior destaque, são as contas a receber que apresenta 64,29%, caindo para 33,01% no período de 2017. Analisando o ano mais recente da pesquisa, a conta que se destaca é o estoque da empresa, que representava 25,17% do total do ativo em 2016 passando a representar 57,98% no ano seguinte. A disponibilidade em caixa e equivalente de caixa da organização, decaiu de 6,52% em 2016 para 4,38% em 2017. Os resultados dessa análise demonstram que a empresa pode encontrar algumas dificuldades em saldar suas dívidas, pois a empresa possui contas a receber dos clientes considerável e muitos produtos em estoque, e como a mesma tem pouca disponibilidade em caixa, pode haver problemas ao cumprir com suas obrigações de curto prazo, fazendo-se então a necessidade de empréstimos, o que ocasionaria mais custos para a empresa.

Na análise vertical do passivo a conta que representa uma maior participação são as contas a pagar, apresentando 51,30% em 2016 e 54,40% em 2017. Esta análise mostra que a empresa está sendo financiada por seus fornecedores em curto prazo. Com o estoque relativamente alto a empresa precisa vender seus produtos estocados, e então honrar suas dívidas, para não haver a necessidade de um empréstimo.

Continuando com os resultados, o quadro 9 abaixo, mostra a análise horizontal do Balanço Patrimonial 2016 e 2017. A mesma é calculada dividindo aos valores, do exercício social mais antigo para o mais atual. É apresentada em forma de porcentagem, para a visualização do processo de evolução da conta. Dependendo da interpretação de cada conta e com o crescimento declínio esperada pela mesma, pode variar de forma positiva a negativa (MATARAZZO, 2003).

Quadro 9: Análise horizontal do Balanço patrimonial.

ATIVO	2016	2017	AH%
Circulante	949.099,19	980.690,32	3,33
Caixa e equivalentes de caixa	64.439,57	45.014,69	- 30,14
Contas a receber	635.739,62	339.438,77	- 46,61
Estoques	248.920,00	596.236,86	139,53
Não circulante	39.700,00	47.650,00	20,03
Imobilizado			
Móveis e utensílios	2.000,00	4.000,00	100,00
Veículos	36.000,00	36.000,00	-
Softwares e equip informática	1.700,00	7.650,00	350,00
ATIVO TOTAL	988.799,19	1.028.340,32	4,00
PASSIVO	2016	2017	AH%
Circulante	600.658,85	624.812,26	4,02
Contas a pagar	507.213,99	559.385,18	10,29
Tributos a recolher	33.135,86	40.324,28	21,69
Salários e encargos sociais	60.309,00	25.102,80	- 58,38
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos			
Patrimônio Líquido	388.140,34	403.528,06	3,96
Capital social	50.000,00	50.000,00	-
Lucros acumulados	338.140,34	353.528,06	4,55
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	988.799,19	1.028.340,32	4,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Conforme a análise horizontal do ativo representada no quadro acima, percebe-se um declínio tanto das contas a receber de 46,61%, quanto da disponibilidade em caixa de 30,14%. Os estoques tiveram um aumento significativo de 139,53% do ano de 2016 para 2017, pois constatou-se que a empresa realizou uma compra grande de produtos reduzindo então o valor mercadoria adquirida junto ao fabricante, refletindo direto no preço de venda do produto acabado.

Observa-se também que o imobilizado apresentou um aumento significativo de 20,03% de 2016 para o período de 2017, com aquisição de um novo computador para o administrativo, um servidor próprio para a empresa e novos moveis adquiridos.

Analisando horizontalmente o passivo, observa-se que, mesmo o ano de 2017 tendo um período analisado de apenas 4 meses, houve um aumento de

10,29% nas contas a pagar para com os credores. Este aumento foi devido a compra em grande escala de produtos obtidos pela empresa, a mesma então deverá vender seus produtos em estoque, pois não possui capital próprio o suficiente para quitar suas dívidas de curto prazo.

Com a alavancagem das vendas ao longo do período em análise na organização, os tributos a recolher também elevaram 21,69% no ano de 2017 em relação ao ano anterior, mesmo sendo analisados apenas os meses de Janeiro a Abril neste ano. Os salários e encargos obtiveram um percentual menor em 2017 do que em 2016, havendo um declínio de 58,38% mesmo com o ingresso de mais um colaborador, pois o período demonstrado no ano mais recente foi consideravelmente menor em relação ao ano anterior.

4.1.2 Demonstração de Resultado do Exercício

A finalidade da Demonstração de Resultado do Exercício, tem como objetivo, apresentar um resumo composto das receitas e despesas da entidade, em um determinado período de tempo, demonstrando-se através do resultado econômico obtido pela empresa.

Para melhor visualização dos resultados apontados por esta pesquisa. O quadro 10, apresenta os valores relativos as análises vertical e horizontal, durante o período de 2016 a 2017.

Quadro 10: Análise Vertical e Horizontal da DRE.

Demonstração de Resultado do Exercício	2016	AV%	2017	AV%	AH%
Faturamento Bruto/Receita Bruta Anual	635.739,62	106,69	357.444,16	112,97	-43,78
(-) Abatimentos e Devoluções	11.400,73	1,91	5.339,50	1,69	-53,17
(-) Impostos sobre Vendas	28.489,46	4,78	35.701,28	11,28	25,31
(=) Receita Líquida	595.849,43	100,00	316.403,38	100,00	-46,90
(-) Custo dos Produtos Vendidos	349.250,16	58,61	179.501,28	56,73	-48,60
(=) Lucro Bruto	246.599,27	41,39	136.902,10	43,27	-44,48
(-) Custos/Despesas Comerciais	3.500,00	0,59	18.250,00	3,06	421,43
(-) Custos/Despesas Administrativas	62.400,00	10,47	25.102,80	4,21	-59,77
(-) Custos/Despesas Financeiras	6.160,00	1,03	2.260,00	0,38	-63,31
(=) Resultado Operacional	174.539,27	29,29	91.289,30	15,32	-47,70
(-) Custo Fixos/Não Operacionais	10.500,00	1,76	3.500,00	0,59	-66,67
(=) Resultado antes do IR/CSLL	164.039,27	27,53	87.789,30	14,73	-46,48
(-) IR/CSLL (24%)	39.369,42	6,61	21.069,43	3,54	-46,48
(=) Resultado Líquido do Exercício	124.669,85	20,92	66.719,87	11,20	-46,48

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Matarazzo (2010), afirma que através de informações financeiras de uma organização, a Demonstração do Resultado do Exercício, apresenta os aumentos e reduções das operações da empresa geradas no Patrimônio Líquido. Através do ingresso de novos itens as receitas representam o aumento do ativo, como da venda de serviços ou produtos da empresa, duplicatas a receber ou dinheiro acrescido de transações.

Como constatado na análise vertical da DRE, a porcentagem mais significativa em relação a receita líquida, é o custo dos produtos vendidos, com 58,61% em 2016 e 56,73% em 2017. A empresa decidiu comprar um grande volume de produtos, com a intenção de baixar os custos e consequentemente obter um preço diferenciado em relação a competitividade do mercado, a fim de se sobressair. No entanto, o resultado esperado não aconteceu, pois não houve uma queda significativa no custo dos produtos.

Percebe-se, na análise horizontal, que a consequência do ano não finalizado de 2017, proporcionou grande parte dos resultados com o percentual negativo. Porém, mesmo que o resultado não apresente valor positivo, a organização aumentará seu saldo em relação ao ano anterior em aproximadamente 8 meses, caso continue com o mesmo ritmo de venda, de acordo com os dados do quadro 10 acima.

Destaca-se horizontalmente também, os impostos sobre as vendas, que aumentaram 25,31% durante os anos analisados. Valor este que possuiu crescimento devido à elevação no volume de vendas.

Os custos/despesas comerciais expandiram-se pelo investimento em um site para a apresentação de produtos oferecidos pela empresa, e especialmente pela alta quantidade de novos rótulos e embalagens. Já que a organização possui uma grande quantidade de produtos em estoque, fazendo com que a mesma almeje consumidores em larga escala.

4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Com os indicadores é possível obter-se números que demonstram o desempenho de uma entidade. Os cálculos dos índices são formados com base nos demonstrativos contábeis. As análises foram aplicadas sobre as demonstrações financeiras da organização observada, sendo apresentadas por meio de gráficos.

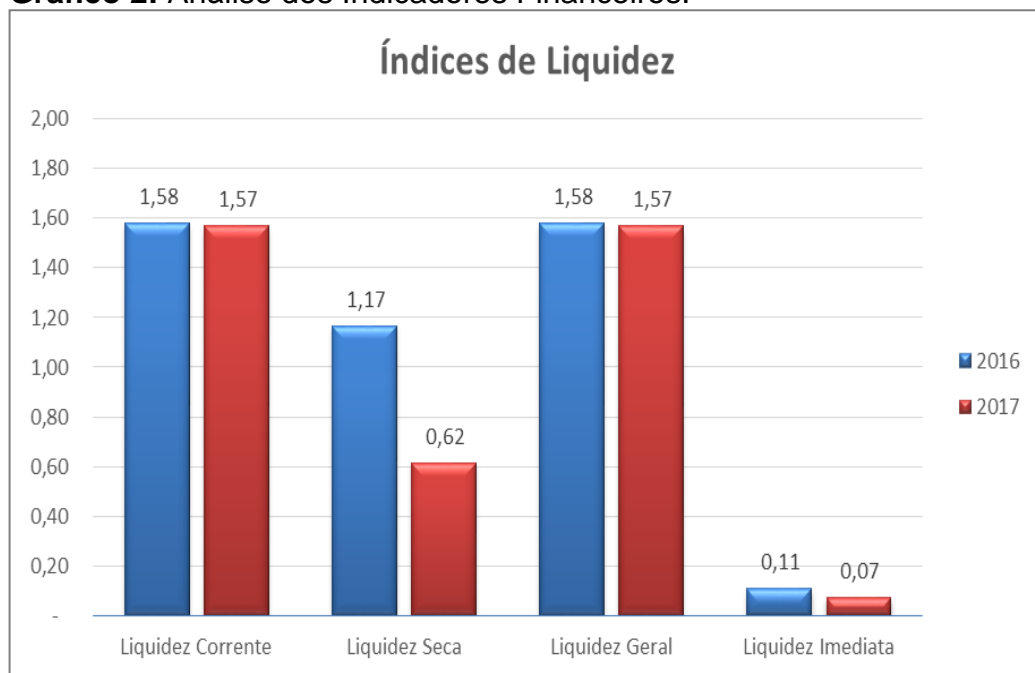
Os índices financeiros transformam os dados em informações, necessárias para a realizar análises gerenciais dos resultados financeiros que a organização apresenta ao longo dos anos (HELFERT, 2000).

A seguir será demonstrado os índices de liquidez, estrutura e resultado. Estes índices foram calculados através dos dados obtidos no balanço patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício.

4.2.1 Índices de Liquidez

No gráfico 2, apresentam-se todos os indicadores de liquidez analisados: Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Liquidez Imediata. É com esses índices que a empresa saberá se é possível ou não cumprir com as suas obrigações financeiras de curto prazo e longo prazo (SOUZA, 2014).

Gráfico 2: Análise dos Indicadores Financeiros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Considerando que para obter-se um nível satisfatório nos índices de liquidez, os resultados precisam ser maiores do que R\$ 1,00. De acordo com o gráfico acima, a liquidez corrente da empresa está positiva nos dois anos analisados, apresentando pouca variação de um ano para o outro, apresentando R\$1,58 em 2016 e R\$ 1,57 no ano de 2017, significa que os investimentos de curto

prazo feitos pela mesma, são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo. Com uma sobra de 58% e 57% respectivamente, em 2016 e 2017.

A análise feita na liquidez seca é a mesma da corrente, porém desconsiderando o estoque, sendo que em 2016, mesmo a empresa não vendendo seus produtos em estoque, apresenta R\$ 1,17 de Ativo Circulante, podendo então saldar as dívidas de curto prazo. Já em 2017 com o aumento considerável do estoque, a organização possui R\$ 0,62, ou seja, conseguiria pagar apenas 62% de suas dívidas em curto prazo.

Em relação ao índice de liquidez geral, Souza (2014) ressalta que, se o resultado for menor do que R\$1,00, a empresa não tem como saldar suas dívidas. Percebe-se que a empresa possui R\$ 1,58 e R\$ 1,57 para os anos de 2016 e 2017 sucessivamente, para cada R\$ 1,00 de dívida, o mesmo resultado apresentado no índice de liquidez corrente, pois a entidade não realizou nenhum tipo de débitos de longo prazo, como empréstimos ou financiamentos, conseguindo então efetuar os pagamentos de suas dívidas em curto prazo.

Nota-se que o índice de liquidez imediata apresenta um resultado insatisfatório, sendo que para cada R\$ 1,00 de débitos no passivo circulante a empresa dispõe de somente 0,11 em 2016 e 0,07 em 2017 disponível em caixa para a liquidação dessas dívidas de curto prazo. Isto demonstra que a mesma pode encontrar dificuldades para cumprir com suas obrigações imediatas, devido à baixa disponibilidade de dinheiro em caixa. Mediante a esta situação a organização pode ter que procurar novas formas como empréstimo, afim de obter-se recursos financeiros.

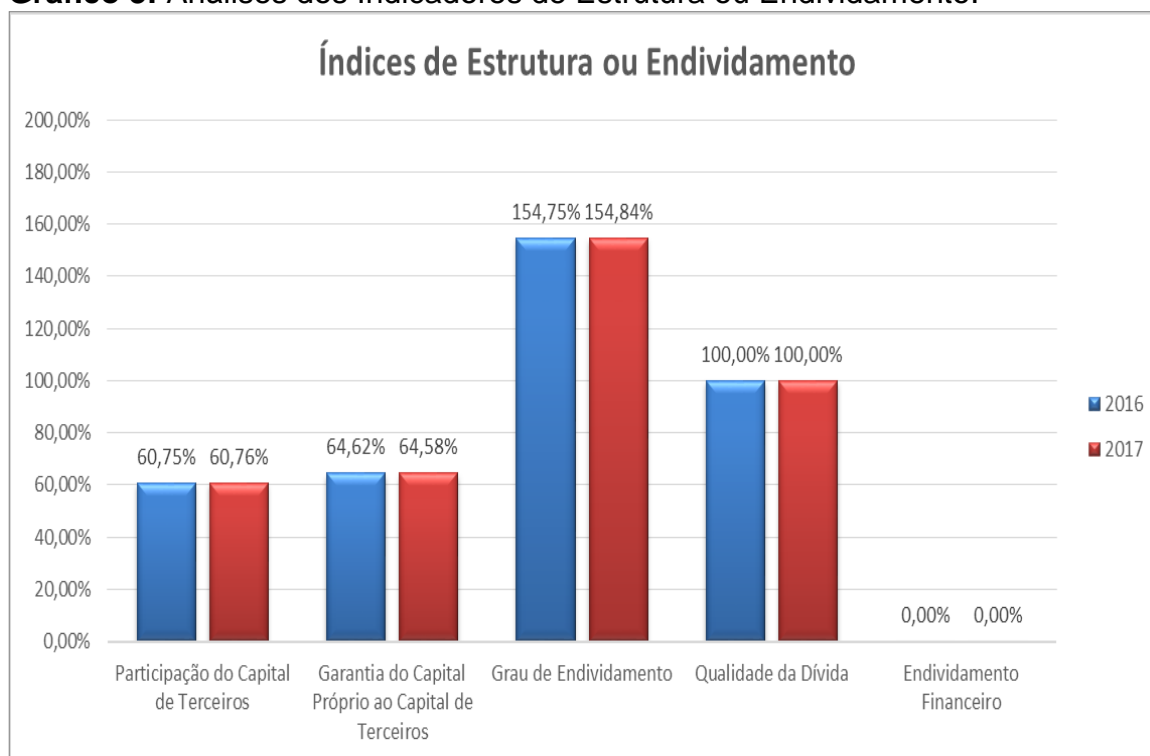
4.2.2 Índices de Estrutura ou Endividamento

No gráfico 3, a seguir, os indicadores ponderam o nível de endividamento da empresa. Esta análise dos índices de estrutura abrange: A participação do capital de terceiros, a garantia do capital próprio ao capital de terceiros, o grau de endividamento, a qualidade da dívida e o endividamento financeiro.

São indicadores que identificam o volume de investimentos que são realizados na empresa com ajuda de capital de terceiros. Existem algumas formas de se verificar o grau de endividamento, uma delas é realizando os cálculos dos

índices. Estes cálculos servem para demonstrar em percentual os ativos totais, financiados por capitais de terceiros (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2002).

Gráfico 3: Análises dos Indicadores de Estrutura ou Endividamento.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Observando o índice de participação do capital de terceiros, percebe-se que 60,75% em 2016 e 60,76% em 2017 dos recursos totais, originam-se de capitais de terceiros, ou seja, para cada R\$ 100,00 do capital próprio a empresa utilizou-se de 60,75% em 2016 e 60,76% no ano seguinte, de capital de terceiros para financiar seus investimentos. Restando de capital próprio então R\$ 39,25 e R\$ 39,24 sucessivamente em 2016 e 2017. Percebe-se, que a organização possui significativa dependência financeira perante instituições financeiras como: fornecedores em geral, governo, entre outros.

A garantia do capital do capital próprio ao capital de terceiros da empresa em análise mostra que pode dar de garantia 64,62% em 2016 e 64,58% em 2017 a seu capital próprio, pois para cada R\$ 100,00 a organização possui aproximadamente R\$ 64,00 do capital próprio como garantia, nos dois períodos analisados.

Sobre o índice do grau de endividamento, Ribeiro (2002) afirma que um baixo grau de endividamento e a liberdade financeira para tomar decisões, é uma

consequência da pouca participação de terceiros na empresa. É um índice importante, pois auxilia como uma base para o direcionamento de uma nova estratégia na organização. Com base na afirmação do autor, a entidade possui um alto grau de ativos de capital de terceiros financiados. A empresa financiou aproximadamente, nos anos analisados, 155,00% dos ativos. Como a organização apresentou um indicador muito alto, acima de 100%, a mesma não possui estabilidade, e com isso fica vulnerável a qualquer fato que venha ocorrer, além de apresentar alto índice de endividamento. Isso significa que a instituição não teria condições de honrar com suas obrigações, sem comprometer a situação financeira da mesma.

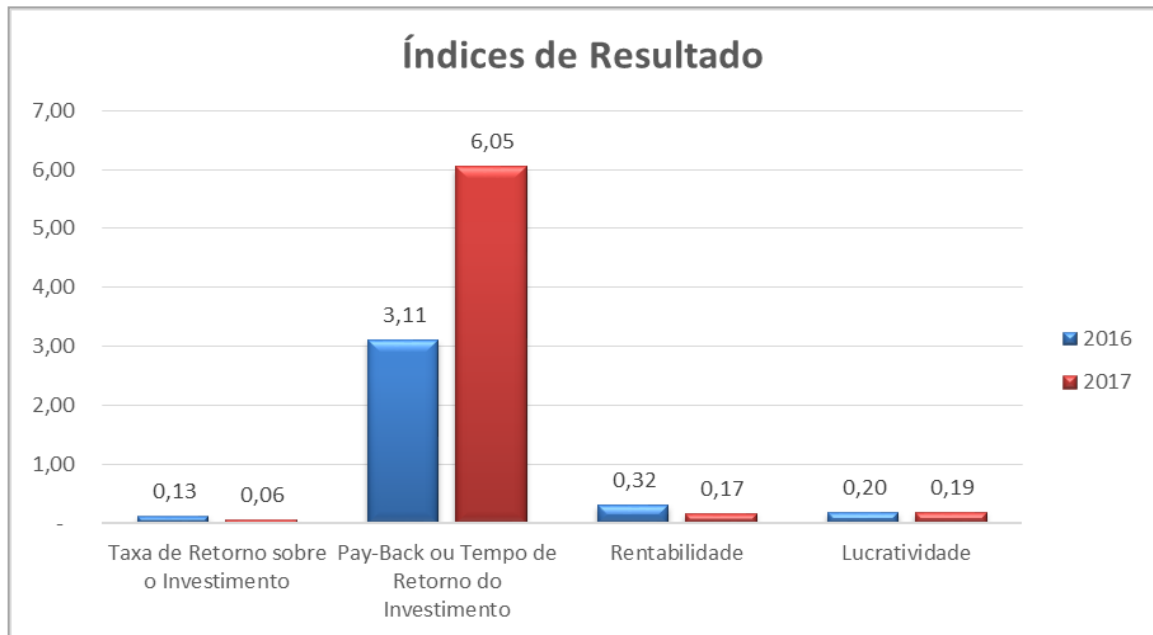
O índice da qualidade da dívida relaciona as dívidas de curto prazo com as dívidas de longo prazo. Ao fazer uma análise do gráfico 3, percebe-se, que a empresa não possui nenhuma dívida a longo prazo, conseqüentemente, 100% das obrigações da empresa são de curto prazo. Uma situação favorável, seria um índice maior de dívidas de longo prazo, pois isso possibilitaria um prazo maior para saldar seus compromissos e teriam tempo para saldar inicialmente suas dívidas de curto prazo.

Como o índice de endividamento financeiro apresenta os empréstimos e financiamentos da empresa perante as instituições bancárias e financeiras, o resultado do índice manteve-se em zero, pois a instituição não possui empréstimos ou financiamentos.

4.2.3 Índices de Resultado

Apresentam-se, no gráfico 4, os indicadores que fazem parte dos índices de resultados: taxa de retorno sobre o investimento, Pay-back ou tempo de retorno do investimento, rentabilidade e lucratividade.

Estes indicadores demonstram os resultados adquiridos com a aplicação de capitais e verifica se houve o retorno esperado com um determinado investimento (HELFERT, 2000).

Gráfico 4: Análise dos Indicadores de Resultado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Ao analisar a taxa de retorno sobre investimento no gráfico acima, nota-se que a partir dos resultados apresentados nos anos analisados, a empresa obteve resultados positivos, gerando lucro para a mesma. Sendo que para cada R\$ 1,00 investido pela organização, o lucro de investimento foi, respectivamente de R\$ 0,13 e R\$ 0,06 em 2016 e 2017. Porém, o segundo ano apresentou menor lucro em relação ao ano anterior. Pois a empresa não conseguiu efetuar todas as prováveis vendas, pelo fato do período analisado neste ano ser de apenas 4 meses.

No Pay-back ou tempo de retorno do investimento, o resultado apresentado de aproximadamente 3 anos no primeiro ano e 6 anos no segundo, demonstra o período que a organização precisará para que obtenha lucro, ultrapassando o valor dos investimentos em relação ao patrimônio líquido. No ano de 2017, o retorno apresentado eleva significativamente, pois a organização não teve tempo suficiente em relação ao ano anterior para a venda de suas mercadorias. Levando em conta que no último ano, foram analisados apenas os meses de janeiro a abril. Nesse índice, quanto menor a duração do tempo de retorno, melhor. Pois se a organização não conseguir alcançar um saldo suficiente para cobrir as despesas, o empreendedor terá que realizar constantes auxílios financeiros, o que poderá acabar com as reservas financeiras ao longo do tempo.

Groppelli e Nikbakht (2002) elucidam que, o índice de rentabilidade, é o retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o investimento, e tem como função

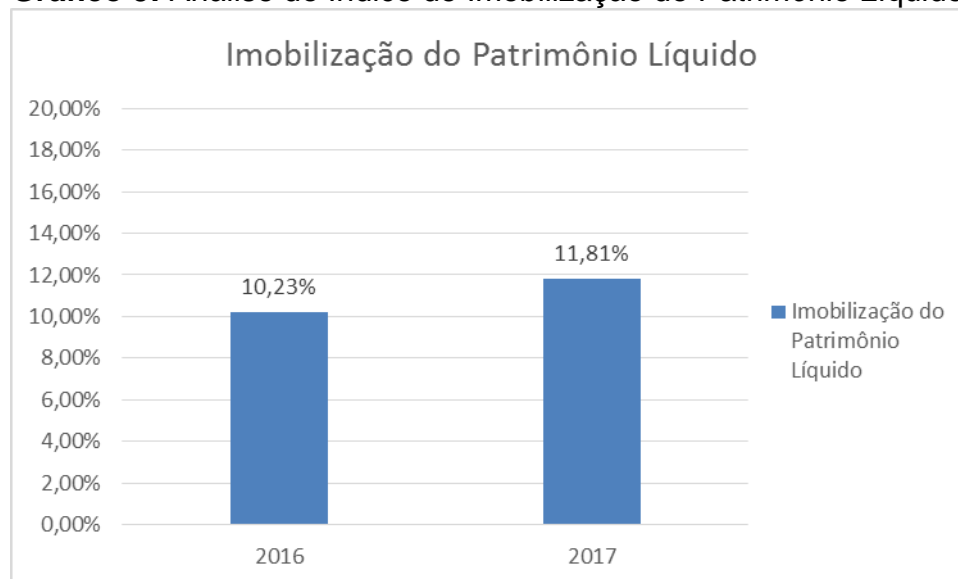
mostrar a renda dos capitais investidos. A rentabilidade apresentada no gráfico 4, mostra que para cada R\$ 1,00 investido pelos proprietários na empresa, esta lhes devolve sobre o valor investido um lucro de R\$ 0,32 em 2016 e decrescendo para R\$ 0,17 em 2017. O índice de rentabilidade não se apresentou muito baixo, já que nos primeiros anos, o número de instituições que não conseguem se manter e acabam fechando é muito alta. Considerando que a organização entrou há pouco tempo no mercado, o resultado apresenta-se satisfatório.

De acordo com o gráfico 4, o índice de lucratividade apresenta-se com aproximadamente R\$ 0,20 de lucro para cada R\$ 1,00 de venda, nos dois períodos analisados. O índice de lucratividade é a quantidade de lucro gerada em função da quantidade de produtos vendidos. Com isso, podemos perceber se o negócio está justificando ou não a operação, pois as vendas precisam ser suficientes para pagar os custos e despesas e ainda gerar lucro.

4.2.4 Imobilização do Capital Próprio

No gráfico 5 abaixo, está representado a imobilização do patrimônio líquido.

Gráfico 5: Análise do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

A imobilização do patrimônio líquido de acordo com o gráfico acima, é apresentada por 10,23% de imobilização no primeiro ano e 11,81% no segundo ano.

Percebe-se que a empresa demonstra um bom índice, possuindo apenas, aproximadamente 11% de patrimônio líquido imobilizado nos dois períodos, pois assim o capital fica voltado para o grupo de ativo circulante, pois se a organização apresentasse o ativo não circulante elevado, poderia vir a comprometer a liquidez da empresa.

5 CONCLUSÃO

Com a realização do presente estudo, o pesquisador aprofundou seu conhecimento em diversos assuntos para a realização desta pesquisa, sobre demonstrativos financeiros, para entender como funciona o processo decisório baseado em indicadores financeiros e para repassar não apenas para a empresa analisada, mas também aos demais administradores de empresas, apresentando a importância da análise deste tipo de instrumento financeiro de gestão.

Este trabalho propôs uma análise dos indicadores financeiros, com a intenção de verificar se as informações obtidas através da mesma, contribuíram com uma empresa de pequeno porte do ramo de distribuição de produtos diversos, localizada na região sul de SC, para que as decisões sejam tomadas com maior precisão. Os indicadores proporcionam a avaliação dos resultados obtidos pela empresa, havendo assim um breve diagnóstico da saúde financeira da mesma, possibilitando tempo para que sejam concertados pequenos desvios de rota. Tal objetivo foi alcançado no decorrer da fundamentação teórica e na posterior aplicação do estudo de caso.

Conhecer os controles financeiros da instituição em estudo, foi de extrema importância para a realização da coleta dos dados financeiros existentes. A empresa disponibilizou ao pesquisador acesso a documentos, sendo que estes estavam dispersos, dificultando sua localização. Todos os documentos foram analisados com muito cuidado para que os dados levantados fossem obtidos com precisão.

Com os dados levantados, elaborou-se a análise vertical e horizontal do balanço patrimonial e da DRE. Analisando o balanço patrimonial da organização, percebe-se que o estoque teve um aumento considerável de 32,81%, entre os anos analisados, pelo fato da instituição realizar uma compra em grande escala, a fim de baixar o custo e acabou obtendo um resultado não satisfatório, pois não foi significativo. A disponibilidade em caixa da mesma, é baixa, apresentando em média 5,00% do ativo total. Com isso, pode comprometer seus compromissos, pois é muito dependente do pagamento realizado pelos clientes.

A DRE nos apresenta que a porcentagem mais significativa em relação a receita líquida é o custo dos produtos vendidos. A consequência do ano não finalizado de 2017, proporcionou grande parte dos resultados com o percentual negativo. Nesse mesmo ano, o tempo para as vendas foi inferior, porém, foi

constatado que as vendas aumentaram em relação ao ano anterior, analisando seus primeiros meses. Elevando, conseqüentemente o valor dos impostos.

Com a realização dos demonstrativos contábeis, foram elaborados indicadores financeiros, tais como, índices de liquidez, estrutura, resultado e da imobilização do patrimônio líquido. Os índices analisados foram satisfatórios na liquidez geral e corrente, com resultados idênticos, pois a organização não possui nenhum tipo de investimento. A liquidez seca apresentou-se satisfatória apenas em 2016, pois no ano seguinte, o estoque aumentou em grande escala. A liquidez imediata, apresentou-se insatisfatória, pois a disponibilidade em caixa é muito baixa, nos dois períodos analisados.

Em geral, o resultado dos índices de estrutura ou endividamento, demonstraram-se insatisfatórios. A empresa apresenta, um alto índice de participação de terceiros, ultrapassando o índice de capital próprio investido na mesma. Sendo que, a empresa não garante o pagamento total da dívida com seu capital próprio, sendo financiado novamente por terceiros, elevando seu grau de endividamento. Ficando vulnerável a qualquer fato econômico que venha ocorrer. A qualidade da dívida, mostra que a empresa não possui nenhuma pendência a longo prazo, conseqüentemente, 100% das obrigações da empresa são de curto prazo. Portanto, o endividamento financeiro também permanece zerado.

Ao analisar os indicadores de resultado em geral, foram bons. Uma vez que, a organização obteve retorno positivo no retorno do investimento, assim como no retorno do patrimônio líquido e também na lucratividade, levando em consideração ao pouco tempo de mercado que a empresa possui. O Pay-back foi de aproximadamente 3 anos em 2016, para o retorno do investimento, aumentando aproximadamente 6 anos em 2017, levando em conta que no último ano, foram analisados apenas os meses de janeiro a abril.

A imobilização do patrimônio líquido demonstra um bom índice, possuindo em média, 11% de patrimônio líquido imobilizado nos dois períodos analisados. Voltando alto índice de capital para o ativo circulante.

As sugestões para que a empresa possa executar um melhor desempenho, são: Aproveitar a crescente abertura de mercados, negociando com seus fornecedores um melhor prazo para o grupo de disponível da empresa em relação ao grupo obrigação com terceiros. Continuar com os controles financeiros,

como o Balanço Patrimonial e do DRE, obtendo controle da organização, evitando possíveis surpresas quanto a situação econômica.

Assim, pode-se dizer que este estudo abre a possibilidade para outros acadêmicos que queiram concretizar um estudo nesta área, destacando a importância de pesquisas sobre gestão financeira em pequenas empresas, com a finalidade de evitar que, por falta de planejamento e previsão administrativa, venham sofrer falência.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro, comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Finanças Corporativas e Valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 762 p.

_____. **Contribuição ao estudo da avaliação de empresas no Brasil**: uma aplicação prática. Tese (Livre-Docência). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2003.

ASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução a metodologia científica. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA**: Demonstração dos fluxos de caixa e do valor Adicionado. 1. Ed. São Paulo: IOB, 2008.

BELLI, Patrícia Cristiana. **Análise da gestão financeira de uma organização de saúde: estudo de caso do Hospital Israelita Albert Einstein**. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. 98 p.

BESSANT, J. e TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 512 p.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEGEN, R. **O empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1989.

_____. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DOLABELA, F. C. **Oficina do empreendedor**: a metodologia do ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Campus, Rio de Janeiro, 2005.

GAZZONI, E. I. **Fluxo de caixa: ferramenta de controle para a pequena empresa.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira.** 2.ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

HELFERT, Erich A. **Técnicas de análise financeira:** um guia prático para medir o desempenho dos negócios. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HOJI, Masakazu **Administração financeira:** uma abordagem pratica: matemática financeira aplicada , estratégica financeiras , analise , planejamento e controle financeiro. São Paulo: Atlas 2000.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001.** Jan. 2003. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa200>
 Acesso em: 12 Outubro 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas 2001.

IUDICIBUS, Sergio de et al. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
 MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise Financeira de Balanços:** Abordagem Gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 4. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2004.

MONDARDO, Marcos. **Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano.** In: MONDARDO, Marcos (org.). Espaços agrários e Meio Ambiente: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura, 2011.

MORANTE, Antonio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras:** aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. São Paulo: Atlas, 2007.

MURNO, Gabriela. **MPEs representam 99% das empresas e apenas 25% do PIB.** Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/2012-12-17/mpes-representam-99-das-empresas-e-apenas-25-do-pib.html> Acesso em: 21 Novembro 2016.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 15.ed. rev. e atual São Paulo: Frase editora, 2007.

OLIVEIRA, Dilson Campos. **Manual como elaborar controles financeiros.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

_____. **Como Elaborar Controles Financeiros.** 2 ed. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. 105p. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/Imagens/Como%20Elaborar%20Controles%20Financeiros.pdf> Acesso em: 15 Outubro 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Introdução à Administração Financeira.** 2 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PADUA, Kamila Lube. **O planejamento financeiro e as micro e pequenas empresas no Brasil.** 2010. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/o-planejamento-financeiro-e-as-micro-e-pequenas-empresas-no-brasil/>. Acesso em: 18 Outubro 2016.

PERONDI, Marioni. **O uso das Demonstrações Contábeis na Análise de Crédito de Pessoas Jurídicas.** 2007. 81 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis). GPA de Ciências Sociais Aplicadas – Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande – MT.

PETTY, Longenecker Moore. **Administração de pequenas empresas.** Ênfase da gerência empresarial. São Paulo: Makron Books, 1997.

Portal Brasil – São Paulo (2013). **Sobrevivência e mortalidade.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>. Acesso em: 18 Outubro 2016.

RAMOS, João Florêncio Vieira; TEIXEIRA, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Empresariais®.** Livro eletrônico: Portal Tributário® Editora e Maph Editora. Disponível em: www.portaldecontabilidade.com.br/obras.htm Acesso em: 14 Outubro 2016.

REINERT, Nilséia; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **A Necessidade de Organização dos Controles Financeiros para uma Melhor Gestão de Empresas de Pequeno Porte.** In: VI seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2007, Cascavel. Anais... Cascavel: UNIOESTE, 2007.

REIS, Carlos Donato; VITTORATO NETO, José. **Manual de gestão e programação financeira de pagamentos.** São Paulo: Edicta, 2000.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise.** São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

ROESCH, S. M. A; BECKER, G. V; MELLO, M. I. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE. **10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas**. São Paulo, 2007.

_____. **Serviços brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas**. Análise de emprego. Outubro de 2011. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudose-pesquisas/temas-estrategicos/emprego/CAGED%20Outubro%202011.pdf> Acesso em: 21 Novembro 2016.

_____. **Cenários para a MPE no Brasil até 2022**. UGE-Sebrae/NA, 2012. Disponível em:
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/65FF598AB7D911E683257A4600602ABF/\\$File/NT00048002.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/65FF598AB7D911E683257A4600602ABF/$File/NT00048002.pdf) Acesso em: 21 Novembro 2013.

SILVA, J. P. da. **Análise Financeira das Empresas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**: guia prático e objetivo de apoio aos executivos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do Trabalho Científico**: Um enfoque didático da produção científica. 1 ed. São Paulo: EPU, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 10.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.